



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Dinâmicas digitais e retrocesso democrático nas Américas: Uma análise da influência das redes sociais no apoio a políticas antidemocráticas durante os governos Bolsonaro e Trump

Manuel Patrício da Silva Riviera

Mestrado em Ciências Políticas

Orientador:

Doutor Tiago Fernandes, Professor Associado  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP)

Dinâmicas digitais e retrocesso democrático nas Américas: Uma análise da influência das redes sociais no apoio a políticas antidemocráticas durante os governos Bolsonaro e Trump

Manuel Patrício da Silva Riviera

Mestrado em Ciências Políticas

Orientador:

Doutor Tiago Fernandes, Professor Associado  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024





A utopia está lá no horizonte.

Eu me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.

Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.

Para que serve a utopia?

Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

**Fernando Birri**



## **Agradecimentos**

Agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Doutor Tiago Fernandes, pelo apoio, confiança, disponibilidade e por tornar este passo possível.

Agradeço, também, àqueles que me orientaram ao longo de toda a minha vida. Ao meu pai, Manuel, pelas palavras de incentivo e carinho, por me guiar nos estudos e, sobretudo, por ser um exemplo e um farol para mim. À minha mãe, Adriana, agradeço por me lembrar das minhas capacidades, por me incentivar a ter orgulho da minha trajetória, e por me oferecer força e amor genuíno a cada momento necessário. À minha segunda mãe, Amélia, que sempre esteve ao meu lado, agradeço pelo cuidado, pela sensação de pertencimento e por sempre saber o que dizer.

Aos meus irmãos, Leonardo, Felipe, Mariana e Vitória, agradeço por serem meus melhores amigos e por me darem o apoio e a confiança de que precisei. À toda a minha família, por estarem presentes. A Ana, que sempre teve um ombro disponível e um cuidado fraternal, agradeço por se tornar única em tão pouco tempo.

A Leandro, meu companheiro de vida e parceiro na exploração deste mundo, por estar sempre ao meu lado, disponível e atento, e, principalmente, por me inspirar a ir além.



## **Resumo**

Este trabalho aborda a operacionalização das redes sociais na promoção de agendas antidemocráticos no Brasil e nos Estados Unidos durante os governos de Donald Trump (2017-2021) e Jair Bolsonaro (2018-2022). O objetivo é analisar como essas plataformas têm contribuído para o domínio da narrativa política e para o apoio público a medidas que representam um retrocesso democrático nesses países. O estudo utiliza uma abordagem analítica, comparativa e teórica, examinando o uso das redes sociais para a disseminação de desinformação, a intensificação da polarização política, o ataque às instituições democráticas e a legitimação de subversões. Os resultados indicam que essas dinâmicas são favorecidas por câmaras de eco, enfraquecem a confiança pública nas instituições e facilitam o avanço de iniciativas de controle centralizado. A pesquisa conclui que essa instrumentalização criou ambientes de constante antagonismo, dificultou o diálogo e o compromisso, além de contribuir para a manipulação da opinião pública, tornando essencial repensar as estratégias de comunicação política nas redes sociais a fim de mitigar os impactos da desinformação.

Palavras-chave: Retrocesso democrático; Redes sociais; Desinformação; Polarização; Autoritarismo.



## **Abstract**

This study addresses the operationalization of social media in promoting anti-democratic agendas in Brazil and the United States during the administrations of Donald Trump (2017-2021) and Jair Bolsonaro (2018-2022). The objective is to analyze how these platforms have contributed to dominating political narratives and garnering public support for measures that represent democratic backsliding in these countries. The study adopts an analytical, comparative, and theoretical approach, examining the use of social media for disseminating misinformation, intensifying political polarization, attacking democratic institutions, and legitimizing subversive actions. The results indicate that echo chambers facilitate these dynamics, weaken public trust in institutions, and facilitate the advancement of centralized control initiatives. The research concludes that this instrumentalization has created environments of constant antagonism, hindered dialogue and compromise, and contributed to the manipulation of public opinion, highlighting the need to rethink political communication strategies on social media to mitigate the impacts of misinformation.

**Keywords:** Democratic backsliding; Social media; Disinformation; Polarization; Authoritarianism.



## **Índice Geral**

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de Figuras	xiii
Introdução	1
CAPÍTULO 1. Objetivos e hipóteses	3
1.1 Metodologia	4
1.2 Operacionalização de variáveis e estratégia de análise de dados	5
CAPÍTULO 2. Democracia em perspectiva: história, teoria, desafios e retrocesso no mundo moderno (revisão de literatura)	6
2.1 Democracia	7
2.2 Retrocesso democrático	9
2.3 A crise de confiança nas instituições	13
CAPÍTULO 3. Resultados e Discussão	16
3.1 A captura da crise pelo executivo	16
3.2 Polarização	24
3.3 A democracia a partir das redes sociais	27
3.3.1 Câmaras de eco	30
3.4 As redes sociais como ferramentas de ataque	32
3.5 A operacionalização das fake news	36
Conclusão	44
Referências Bibliográficas	48



## Índice de Figuras

<b>Figura 3.1 -</b>	Mobilizações em prol de objetivos autocráticos (2010-2022)	18
<b>Figura 3.2 -</b>	Mobilizações pela democracia (2010-2022)	19
<b>Figura 3.3 -</b>	Ataques do governo à integridade do judiciário (2010-2023)	20
<b>Figura 3.4 -</b>	Conformidade com o judiciário (2010-2023)	21
<b>Figura 3.5 -</b>	Intimidação eleitoral por parte do governo (2010-2022)	22
<b>Figura 3.6 -</b>	Confiança na Suprema Corte de Justiça (2018 e 2023)	23
<b>Figura 3.7 -</b>	Confiança no Legislativo Nacional (2018 e 2023)	24
<b>Figura 3.8 -</b>	Polarização política no Brasil e nos Estados Unidos (1995-2022)	25
<b>Figura 3.9 -</b>	Uso de mídias sociais por partido/candidato em campanhas (2010-2023)	29
<b>Figura 3.10 -</b>	Assédio a jornalistas (2010-2022)	34
<b>Figura 3.11 -</b>	Confiança na mídia – Brasil (2018 e 2023)	35
<b>Figura 3.12 -</b>	Confiança na mídia – Estados Unidos (2016 e 2021)	36
<b>Figura 3.13 -</b>	Ação de censura à mídia por parte do governo (2010-2023)	38
<b>Figura 3.14 -</b>	Disseminação de informações falsas no âmbito doméstico por parte do governo (2010-2023)	39
<b>Figura 3.15 -</b>	Alegações falsas ou enganosas de Trump (2017-2021)	39
<b>Figura 3.16 -</b>	Declarações falsas ou enganosas de Trump sobre o procedimento eleitoral dos EUA (2017-2021)	40
<b>Figura 3.17 -</b>	Declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro sobre o procedimento eleitoral brasileiro (2019-2022)	41
<b>Figura 3.18 -</b>	Uso de discurso de ódio por partidos políticos (2010-2023)	43



## **Introdução**

O enfraquecimento gradual de normas, práticas e instituições fundamentais à democracia tem ocupado uma posição central nos estudos contemporâneos de retrocesso democrático. Este conceito é especialmente pertinente ao analisar os governos de Donald Trump (2017-2021), nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro (2018-2022), no Brasil, marcados por desafios significativos à estabilidade das estruturas democráticas.

Durante esses governos, uma retórica divisiva, amplamente propagada através das redes sociais, exacerbou a polarização política. Esta estratégia visou subverter o discurso político convencional e intensificar as divisões ideológicas, erodindo o consenso necessário para um funcionamento democrático eficaz. Para isso, essa retórica visou aprofundar uma crise de confiança já existente em instituições democráticas, principalmente por meio de ataques sistemáticos desses líderes e seus aliados. Essas ações não apenas comprometeram a percepção pública sobre a legitimidade e eficácia dessas entidades, mas também suscitaram questionamentos quanto à integridade dos processos, práticas e mecanismos fundamentais para a democracia.

O principal objetivo desses movimentos era promover a centralização do poder em detrimento da autonomia dos outros poderes do Estado, enfraquecendo a confiança pública e expandindo as prerrogativas do poder executivo. Diante da necessidade de manter a aparência de uma democracia funcional, ambos os presidentes utilizaram as redes sociais para dominar a narrativa política e angariar apoio público. Com isso, Trump e Bolsonaro foram capazes de justificar ações agressivas, subversivas e extremistas como medidas essenciais para enfrentar crises e desafiar o establishment. Na prática, essa centralização visava debilitar o equilíbrio institucional estabelecido para limitar o poder executivo e garantir a governança democrática.

A análise desses governos oferece uma perspectiva sobre como práticas antidemocráticas podem se infiltrar e desestabilizar democracias consolidadas. É primordial destacar que este fenômeno sublinha uma ironia alarmante: essa desestabilização pode ocorrer através das ferramentas, práticas e processos destinados a proteger e promover a democracia, que podem ser manipulados para enfraquecer a confiança nas instituições, intensificar divisões sociais e políticas, desequilibrar o balanço de poder e favorecer agendas subversivas.

Ao investigar as interações entre redes sociais, crise de legitimidade, polarização e desinformação, este trabalho busca contribuir para o debate contemporâneo sobre a preservação da democracia em tempos de transformação digital.

O primeiro capítulo estabelece os fundamentos da pesquisa, apresentando seus objetivos, hipóteses e estrutura analítica. Inicialmente, delineamos os propósitos do estudo e as questões centrais que motivam a investigação. Em seguida, são introduzidas as hipóteses principais, que orientam a análise sobre o impacto das redes sociais no contexto político contemporâneo. O capítulo também aborda a metodologia adotada, explicando as técnicas utilizadas para coleta e análise de dados, além de descrever a operacionalização das variáveis de interesse. Por fim, traçamos a estratégia de análise que será empregada ao longo do trabalho, organizando os elementos essenciais para compreender as dinâmicas entre redes sociais e democracia.

O segundo capítulo oferece uma conceituação de democracia, destacando suas premissas essenciais e estabelecendo a base teórica do estudo. Embora amplamente considerada o sistema de governo ideal, a implementação da democracia varia significativamente entre países, adaptando-se a contextos históricos, culturais e sociais distintos. Essa fundamentação teórica servirá como ponto de partida para a análise do retrocesso democrático no terceiro capítulo, proporcionando uma orientação clara para compreender a complexidade dos fatores envolvidos e como o processo de subversão gradual e sutil ocorre.

Os capítulos seguintes exploram a crise de legitimidade das instituições democráticas e a polarização, avaliando como esses fatores se inter-relacionam e impactam as bases democráticas. Analisaremos como a crise de legitimidade facilita o desvio do apoio público para agendas extremistas e aumenta seu distanciamento das estruturas essenciais à continuidade da democracia, e como a polarização, por sua vez, é tanto causa quanto consequência dessa crise.

O capítulo posterior abordará o uso estratégico das redes sociais por Bolsonaro e Trump para impulsionar a política do escândalo e acentuar a polarização. Analisamos como, ao explorarem fenômenos como câmaras de eco e homofilia política, esses líderes manipularam a opinião pública e aprofundaram a crise de confiança nas instituições, visando centralizar o poder sob uma fachada de legitimidade. Por fim, o capítulo final discutirá como ambos utilizaram fake news para dominar a narrativa política, fortalecer suas bases de apoio e atacar os demais poderes, seguido de uma síntese geral das discussões.

Logo após, analisamos o uso estratégico das redes sociais por Jair Bolsonaro e Donald Trump, destacando como ambos exploraram a política do escândalo e a polarização para avançar suas agendas políticas. Será investigado como esses líderes manipularam a opinião pública por meio de fenômenos como câmaras de eco e homofilia política, aprofundando a crise de confiança nas instituições democráticas e buscando centralizar poder sob uma aparência de legitimidade. No capítulo final, será abordado o papel das fake news como ferramenta para dominar a narrativa política, fortalecer suas bases de apoio e enfraquecer os demais poderes institucionais. Por fim, apresentaremos uma conclusão abrangente, sintetizando as principais discussões do trabalho, avaliando os impactos das práticas analisadas e refletindo sobre as implicações para a preservação da democracia em um contexto de transformação digital.

## CAPÍTULO 1 – Objetivos e hipóteses

A presente dissertação dedica-se a explorar o papel das redes sociais na fomentação de apoio a políticas antidemocráticas durante os governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump. A análise central deste estudo aborda a seguinte questão crítica: "Como o uso das redes sociais por políticos com intenções subversivas pode influenciar o apoio a agendas antidemocráticas e contribuir para o retrocesso democrático?". Esta investigação visa desvendar como essas plataformas, que foram inicialmente aclamadas como veículos de democratização, podem também servir como ferramentas para desestabilizar as fundações democráticas.

O estudo propõe uma análise do funcionamento das características das redes sociais e de sua exploração por estratégias de manipulação. Assim, procuramos examinar o impacto dessas táticas na polarização política e na confiança nas instituições públicas fundamentais nos Estados Unidos e no Brasil. Observa-se que essas plataformas, além de facilitarem a disseminação de informações e mobilização de apoio, podem ser usadas para manipular a opinião pública, fomentando divisões, enfraquecendo a coesão social e favorecendo medidas subversivas sutis.

Para fundamentar a investigação, foram estabelecidas três hipóteses principais. A primeira sugere que o uso intensivo das redes sociais por líderes políticos com agendas subversivas está positivamente associado ao aumento da polarização política. A segunda hipótese postula que estratégias específicas de desinformação, empregadas por atores políticos influentes nas redes sociais, estão correlacionadas com um aumento no apoio a

movimentos antidemocráticos. Por fim, a terceira hipótese sugere que a captura da narrativa política, por meio de estratégias de manipulação e enfraquecimento das instituições públicas, favorece o avanço de medidas que promovem o retrocesso democrático.

Este trabalho busca contribuir para o debate contemporâneo sobre a preservação da democracia em uma era de transformação digital. Ao destacar a dualidade das redes sociais — como facilitadoras da democratização e, paradoxalmente, como possíveis veículos de retrocesso democrático —, este estudo lança luz sobre as dinâmicas de desinformação e crise de legitimidade que acompanham o uso político dessas plataformas. A análise oferece uma visão crítica das interações entre tecnologia e política, enfatizando a importância de entender essas relações para salvaguardar a estrutura democrática. Por fim, ao identificar e discutir as consequências dessas dinâmicas, a dissertação procura oferecer observações sobre medidas potenciais para mitigar os efeitos negativos das redes sociais na democracia.

## **1.1 Metodologia**

Optamos por utilizar técnicas qualitativas devido à sua capacidade de explorar profundamente os significados, percepções e contextos relacionados aos fenômenos estudados. Essa abordagem permite uma compreensão pujante e detalhada, essencial para capturar a complexidade dos aspectos subjetivos e dinâmicos do nosso objeto de estudo, contribuindo para a relevância e a precisão das análises realizadas.

O estudo inicia-se com uma revisão extensiva da literatura, acessando bancos de dados acadêmicos para coletar e analisar artigos que abordam a intersecção entre redes sociais e política. Esta revisão fundamentou teoricamente a pesquisa, proporcionando percepções sobre as tendências atuais e as lacunas na literatura existente. Pontualmente, foram examinados artigos da mídia jornalística para captar a narrativa temporal e os relatos sobre as ações políticas dos líderes mencionados, de forma a permitir uma contextualização dos eventos e uma comparação direta entre os dois contextos nacionais. A pesquisa também incluiu uma componente ilustrativa robusta, utilizando o banco de dados Varieties of Democracy (V-Dem, 2024). Através deste recurso, foram gerados gráficos e realizadas análises comparativas para visualizar mudanças políticas ao longo do tempo e demonstrar as alterações na estabilidade democrática nos dois países.

Além disso, foram utilizados mecanismos de checagem de fatos para avaliar a proliferação de informações falsas nas redes sociais em ambos os países. Esta abordagem foi fundamental para precisar a disseminação de fake news por parte de Bolsonaro e Trump, oferecendo uma medida objetiva do impacto da desinformação na opinião pública. Finalmente, uma breve análise de conteúdo dos tweets de Donald Trump foi conduzida através de um arquivo completo de suas postagens. Esta análise permitiu quantificar o número de menções e examinar o conteúdo disseminado pelo ex-presidente, proporcionando uma avaliação das estratégias de comunicação digital utilizadas. Nossa abordagem procurou enriquecer a compreensão dos fenômenos estudados e contribuir para o debate acadêmico sobre o papel das redes sociais na política contemporânea.

## **1.2. Operacionalização de variáveis e estratégia de análise de dados**

Ao considerar quatro variáveis principais — Uso das Redes Sociais, Polarização Política, Estratégias de Manipulação e Impacto na Democracia —, este trabalho propõe uma análise multidimensional dos métodos e consequências da política digital moderna.

Primeiramente, analisamos como Bolsonaro e Trump utilizaram as redes sociais, não apenas em termos de frequência, mas também na natureza das comunicações, avaliando como suas postagens e outras formas de interação digital foram empregadas para disseminar informações e mobilizar apoio. Seguimos com a exploração da polarização política, examinando como a relação de câmaras de eco, desinformação e homofilia política nas redes sociais contribuem para a segmentação ideológica e o aumento de conflitos políticos.

Além disso, investigamos as estratégias de manipulação adotadas, que incluem a disseminação de desinformação, técnicas de política do escândalo e o ataque às mídias tradicionais, analisando como essas táticas são usadas para maximizar o impacto político, dominar a narrativa e minar a credibilidade das instituições públicas. Por fim, avaliamos o impacto dessas dinâmicas na democracia, considerando as mudanças nas políticas públicas e a confiança nas instituições, procurando estabelecer conexões diretas entre a atividade online e as mudanças políticas observáveis.

## **CAPÍTULO 2 - Democracia em perspectiva: história, teoria, desafios e retrocesso no mundo moderno (revisão de literatura)**

Afirmar que a democracia moderna representa o sistema de igualdade mais avançado já visto exige cautela, considerando a vasta extensão da história humana. Diferentes civilizações e culturas desenvolveram múltiplos sistemas de governança e organização social que, em suas conjunturas, incorporaram princípios de igualdade e participação popular em graus variados. No entanto, é possível afirmar que o conceito moderno de democracia, relativamente recente na história e desenvolvido significativamente após o Iluminismo, expandiu-se consideravelmente em termos de inclusão e direitos, alcançando um número cada vez maior de sociedades. Em um mundo de transformações incessantes, a democracia tem permanecido como o maior esforço conjunto na procura por permitir que cada indivíduo seja tanto artífice quanto herdeiro de seu destino coletivo. Ela é mais do que um conjunto de procedimentos políticos; é um ethos, a manifestação de um compromisso compartilhado que promove fundamentos para uma sociedade justa e equitativa.

Tocqueville (2005, p. 3), oriundo de uma França monárquica e testemunha, na primeira metade do século XIX, dos resultados iniciais da então recente democracia dos Estados Unidos, afirmou que “o desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial”. Ou seja, a marcha em direção à igualdade tinha sido retomada e se tratava de uma tendência irrefreável, impulsionada por fatores que transcendiam as escolhas ou ações de qualquer grupo ou indivíduo específico. Diante de um sistema que derrubaria reis pela Europa algumas décadas depois, o autor considerou, já naquele momento, que a expansão da democracia era o curso natural da evolução social, por tratarse de um desenvolvimento moral humano. Os próximos séculos presenciaram a expansão anunciada por Tocqueville, com a democracia ora prevalecendo, ora momentaneamente subjugada, adotando diferentes formas e adaptando-se a variadas sociedades. Essa expansão, muitas vezes, seguiu as linhas que Tocqueville delineou: um movimento em direção a sistemas mais inclusivos e participativos, guiando reformas políticas e sociais em uma escala global.

## 2.1 Democracia

A consolidação da democracia no pensamento político, contudo, ocorreria principalmente após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no Ocidente, onde passou a ser amplamente reconhecida como o sistema de governo ideal (Ginsburg & Huq, 2018). Isso se deve a uma série de fatores que moldaram o pós-guerra, incluindo a vitória das potências aliadas – predominantemente democráticas –, e a influência subsequente dessas nações na ordem mundial emergente (Castells, 2018). A democracia, como resultado, passou a ser vista não apenas como preferível, mas como a única forma legítima de governo capaz de garantir a aceitação e o consentimento dos governados (Miguel, 2014).

Essa aparente progressão linear na evolução política dos países não resultou em uma compreensão universal da democracia; pelo contrário, a diversidade das sociedades globais gerou múltiplas interpretações sobre o conceito democrático, mantendo-o em constante disputa (Lefort, 1991; Mouffe, 2000). Suas características e valores variam conforme o contexto histórico, político, econômico, social e cultural de cada sociedade (March & Olsen, 1989; Norris, 2000). E variam, também, a interpretação da democracia, sua aplicação e o comportamento político das nações (Inglehart & Welzel, 2005). Orientações subjetivas e experiências individuais afetam igualmente a percepção sobre democracia, e mesmo o significado e o uso linguístico do termo carregam conotações morais variadas e profundas próprias de cada povo (Almond & Verba, 1963; O'Donnell, 1999). Segundo Laclau (1986), parte dessa complexidade reside em uma de suas características fundamentais: a constante evolução, o que significa que ela é moldada pelas forças vivas de cada época e lugar. Importa dizer que tal fluidez, todavia, não significa a inexistência de princípios fundamentais e valores democráticos essenciais e universais, como liberdade, igualdade e justiça (Collier & Levitsky, 1997).

Do ponto de vista teórico, essa fragmentação dificulta o estabelecimento de critérios claros e consistentes para avaliar aspectos da democracia, como sua qualidade e funcionamento (Mouffe, 2000). Segundo Dahl (2005), um ponto em comum entre as diversas abordagens teóricas sobre a democracia é que o conceito tende a ser, essencialmente, mais idealizado do que prático. Embora existam princípios fundamentais, as aplicações práticas podem se desviar consideravelmente. Um exemplo claro é a expectativa de que todos os cidadãos participem diretamente em todas as decisões políticas – algo inviável, especialmente em Estados-nação grandes e complexos.

Para lidar com as discrepâncias entre teoria e realidade, Dahl desenvolve o conceito de “poliarquia” como uma democracia prática, adaptada à complexidade das grandes sociedades contemporâneas. A poliarquia reconhece as dificuldades de alcançar a democracia ideal e propõe parâmetros mais tangíveis para avaliar o nível de democratização, ao mesmo tempo em que preserva os princípios democráticos. Este conceito se mostra particularmente útil por permitir uma análise mais matizada do que a simples categorização de regimes como democráticos ou autoritários. De acordo com Dahl (2005), o nível de democratização de um país pode ser avaliado com base em duas dimensões principais: contestação pública e inclusão. A primeira envolve não apenas a presença de oposição ao governo, mas também a garantia de que a competição política seja livre e justa. A inclusão, por sua vez, examina quem exatamente tem o direito de participar de processos contestatórios.

Uma das principais contribuições do conceito de Dahl é a definição de critérios para avaliar se essas dimensões são efetivamente asseguradas. O autor identifica oito garantias institucionais essenciais que constituem os pilares de qualquer regime que se proponha democrático:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações;
2. Liberdade de expressão;
3. Direito de voto;
4. Elegibilidade para cargos políticos;
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio e voto;
6. Fontes alternativas de informação;
7. Eleições livres e idôneas; e
8. Instituições projetadas para garantir que as políticas governamentais sejam influenciadas por eleições e outras formas de expressão de preferências por parte da sociedade.

Para além do estabelecimento de critérios, essas garantias também demonstram a importância de uma comunicação não só livre de restrições autoritárias, mas também incentivada a ser racional, informada e eficaz, de modo a promover uma participação cidadã genuína e construtiva. De acordo com Habermas (1996), a comunicação livre e racional é central para a democracia deliberativa: para que haja legitimidade, decisões de maior qualidade e maior coesão social, a esfera pública deve se configurar como um espaço de contestação, onde os cidadãos possam discutir, deliberar, questionar e influenciar as políticas governamentais.

Essa comunicação aberta e contestadora favorece o fortalecimento das estruturas basilares da manutenção democrática. Conforme Mill (1981) explica, a continuidade e o desenvolvimento da democracia dependem de que o esforço inicial despendido em instituí-la se transforme em um empenho incessante de fazê-la autossustentável e vigilante. Segundo o autor, uma democracia se torna a forma ideal de governo quando suas fraquezas são fortalecidas, com estruturas que não permitem a nenhum grupo, mesmo que majoritário, relegar todos os outros à irrelevância política ou dominar a direção das leis e da administração conforme seus interesses particulares. Para Mill, isso se dá por meio da disponibilização de ferramentas – por parte das instituições de governos livres – que favoreçam e nutram o exercício político absoluto através da educação da inteligência e dos sentimentos do povo. Em outras palavras, a correlação entre democracia, cultivo mental e emocional feita por Mill sugere que o engajamento cívico e político é um poderoso instrumento para o desenvolvimento pessoal e coletivo. A educação política transcende a mera aquisição de conhecimento factual; ela engloba o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de julgamento e da responsabilidade social. Este processo não é apenas benéfico para o indivíduo, mas essencial para a saúde e o progresso da democracia.

## 2.2 Retrocesso democrático

Durante a França monárquica e impressionado pelos efeitos da democracia nos EUA, Tocqueville (2005, p. 3) indagou: “algum acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Irá ela se deter agora, que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?”. A história nos revela que, embora as democracias demonstrem uma notável capacidade de se adaptar e resistir a um amplo espectro de desafios, elas não estão imunes à subversão, podendo ter suas vulnerabilidades exploradas por forças que buscam servir a interesses particulares, desviando-se dos seus ideais fundamentais (Runciman, 2018). Compreender a democracia requer mais do que identificar suas instituições e processos; envolve também reconhecer como esses elementos se traduzem em participação, igualdade e liberdade. E entender que sua estabilidade não é inabalável nos leva ao ponto central deste estudo: o retrocesso democrático.

Assim como a democracia engloba uma gama diversificada de interpretações, o conceito de retrocesso também se desdobra em múltiplas perspectivas (Castaldo, 2018;

Plattner, 2015). Elas refletem tentativas de captura e descrição, com diferentes ângulos e predileções analíticas, das diversas manifestações, dinâmicas e processos que afetam a qualidade e a estabilidade democrática (Daly, 2017): retrocesso democrático (Bermeo, 2016), retrocesso constitucional (Ginsburg & Huq, 2018), desconsolidação democrática (Foa & Mounk, 2016), decadência democrática (Daly, 2017), democracias iliberais (Bustikova & Guasti, 2017), subversão democrática (Levitsky & Ziblatt, 2018), legalismo autocrático (Scheppel, 2018) etc.

Algumas análises acreditam que essa proliferação de conceitos pode levar a sobreposições e confusões, já que não houve um processo eficaz de organização e definição clara deles ou mesmo da tipologia dos casos (Dias, 2016; Moreira, 2020).

Bermeo (2016), por sua vez, acredita que o termo “retrocesso democrático” é satisfatoriamente amplo e abrange as variáveis que atendem às discussões teóricas. No seu sentido mais básico, o termo envolve o enfraquecimento ou a destruição de instituições políticas essenciais, promovidos por agentes internos ao próprio Estado. Por haver uma profusão de instituições e atores estatais, a autora alerta que o termo deve ser manejado com precisão para refletir sua diversidade e evitar comparações e interpretações inadequadas. Por este motivo, a especificação de cada caso analisado é essencial para garantir a aplicabilidade prática do conceito.

A amplitude conceitual também decorre de uma variedade de fatores que podem influenciar os desfechos de maneiras distintas, tais como o processo adotado e a sua velocidade (Dias, 2016; Plattner, 2015). Bermeo (2016) aponta que, até o século XX, os casos de retrocesso democrático frequentemente se manifestavam por meio de três formas de intervenções abruptas e/ou violentas: golpes de Estado, golpes executivos por líderes eleitos e fraudes eleitorais no dia das eleições. Esses processos ocorrem de maneira rápida e evidente, caracterizados por uma ruptura repentina na ordem política que afeta significativamente as instituições e frequentemente instauram regimes autoritários (Diamond, 2015). Os casos da Grécia, Nigéria, Paquistão e da maioria dos países latinoamericanos após a década de 1950 são exemplos destas formas de ganho do poder (Levitsky & Ziblatt, 2018). O ambiente, profundamente militarizado, é permeado por diversos elementos que anunciam e reiteram a quebra da normalidade: tanques nas ruas, soldados posicionados em instituições chave, detenção de líderes políticos, o anúncio da tomada de poder pelos canais oficiais do governo, entre outros (Castaldo, 2018; Castells, 2018; Daly, 2017). Todos esses sinais têm como finalidade “não deixar a menor dúvida

quanto ao que aconteceu, pois a eliminação da dúvida é a única maneira de assegurar a obediência. As alternativas são o fracasso ou uma guerra civil” (Runciman, 2018, p. 21).

Ginsburg e Huq (2018) caracterizam esta subversão como “reversão autoritária” e explicam que seu êxito se deve à rapidez do processo. Os autores indicam, contudo, que à medida que as democracias se tornaram mais sofisticadas, especialmente com a Terceira Vaga Democrática, os métodos empregados para subvertê-las foram aprimorados de modo a serem não óbvios. Há uma diferença fundamental nas formas mais recentes de golpes: é preciso “fazer de conta que a democracia permanece intacta” (Runciman, 2018, p. 40). Esses golpes são estrategicamente moldados para escapar do escrutínio e da resistência comuns a uma tentativa direta de golpe, sendo deliberadamente lentos e sutis para reduzirem os custos de ganho de poder (Levitsky & Ziblatt, 2018; Plattner, 2015; Stoker, 2021).

Bermeo (2016, p. 8-14) identifica outras três variações de retrocesso democrático que se caracterizam por essa instalação gradual. A primeira, o golpe promissório, ocorre quando líderes eleitos erodem sistematicamente as fundações democráticas sob a promessa de realizar reformas profundas. A segunda, a manipulação estratégica de eleições, envolve o uso de táticas que alteram o processo eleitoral de maneira sutil, mas eficaz, como mudanças nas regras eleitorais ou a repressão seletiva da oposição.

Por fim, a ampliação do poder executivo, que Bermeo aponta como a forma mais frequentemente observada dessas transgressões, envolve a acumulação progressiva de poderes pelo executivo, normalmente às custas das outras esferas de poder. Esse processo pode incluir a alteração de leis para estender o mandato do executivo, a redução da independência do judiciário ou a limitação dos poderes do legislativo, consolidando o poder de maneira que desafie os princípios de separação e equilíbrio entre os poderes. Esta forma de retrocesso é particularmente preocupante pois raramente envolve violência e não é marcado por um evento único que possa ser facilmente identificado como o ponto de inflexão.

Essa abordagem é insidiosamente dinâmica, com pequenas alterações que podem parecer inócuas ou justificáveis individualmente e que, sobretudo, mantêm a aparência de legitimidade (Castaldo, 2018; Haggard & Kaufman, 2021). Decisões políticas aparentemente normais ou reformas institucionais são vistas como convencionais. Assim, as mudanças implementadas são legitimadas pelo aparato democrático, percebidas pela sociedade como procedimentos padrões e endossadas por meios legais (Chiopris et al., 2021; Daly, 2017; Greskovits, 2015). Embora essas ações possam não ser imediatamente

reconhecidas como antidemocráticas, elas são estrategicamente projetadas para estabelecer, aos poucos, uma estrutura que facilite o aumento do controle autoritário no futuro (Scheppel, 2018).

Esse processo pode estender-se gradualmente por vários ciclos eleitorais, avançando apesar dos alertas da oposição, da imprensa e de entidades nacionais e estrangeiras (Nolan et al., 2016). O tempo atua a favor destas agendas na exploração das vulnerabilidades encontradas na estrutura democrática (Greskovits, 2015; Moreira, 2020). Isto desafia os mecanismos tradicionais de vigilância e resistência por haver contradição entre a retórica pública dos líderes e suas ações privadas. O resultado típico é um regime híbrido que combina elementos tanto democráticos quanto autocráticos. Em casos excepcionais, a erosão democrática pode ser tão significativa que, mesmo sem uma mudança formal de regime, o sistema pode ser classificado como autoritário (Lopes et al., 2020; Stoker, 2021).

Ginsburg e Hug (2018) se referem a este processo como “retrocesso constitucional”, uma democracia que pode ser degradada sem entrar em colapso, definindo-o mais especificamente:

As a process of incremental (but ultimately still substantial) decay in the three basic predicates of democracy — competitive elections, liberal rights to speech and association, and the rule of law. It captures changes to the quality of a democracy that: (1) are on their own incremental in character and perhaps innocuous; (2) happen roughly in lockstep; and (3) involve deterioration of (a) the quality of elections, (b) speech and association rights, and (c) the rule of law (Ginsburg & Hug, 2018, p. 96).

Segundo argumentam Haggard e Kaufman (2021, p. 6), o retrocesso democrático se fundamenta em dois pilares estratégicos: o primeiro é a captura do poder executivo, que confere ao líder uma gama extensiva de prerrogativas; o segundo é a subjugação do parlamento, essencial para viabilizar transformações significativas na legislação e na configuração institucional do Estado. A separação horizontal de poderes entre o executivo, legislativo e judiciário constitui um pilar da democracia liberal, assegurando que cada ramo opere de forma independente, mas com capacidade de fiscalizar e restringir os demais para evitar acúmulo de poder excessivo (O'Donnell, 1999). Haggard e Kaufman (2021) explicam que, neste contexto, movimentos subversivos, na posse do poder executivo e por meio de mecanismos legais, testam os limites normativos gradualmente,

com cada enfraquecimento estrutural obtido tornando mais fácil a implementação das medidas seguintes.

Logo, subjugar o legislativo permite avançar com reformas que excedem os limites tradicionais do poder executivo. Embora isso não garanta automaticamente a concentração absoluta do poder, desempenha um papel indispensável no avanço destas agendas: com o controle de dois poderes, torna-se mais viável neutralizar instituições que poderiam refreá-las, limitar direitos fundamentais e, mais crucialmente, eliminar os mecanismos de controle e equilíbrio horizontais (Diamond, 2015; Greskovits, 2015; Scheppel, 2018).

De acordo com Graham e Svolik (2020), líderes subversivos desempenham um papel fundamental no processo de retrocesso democrático, mas não atuam isoladamente. Outros fatores sociais, políticos e econômicos são fundamentais nesse processo. Democracias que não estão enfrentando crises significativas tendem a dificultar o progresso destas agendas, pois sua estabilidade funciona como barreira contra a subversão (Diamond, 2015; Nolan et al., 2016). O avanço desses líderes depende, em grande medida, da existência de um ambiente permeado por crises profundas e que está, portanto, fragilizado (Palonen, 2009).

### **2.3 A crise de confiança nas instituições**

Castells (2018) considera a crise de legitimidade política mais devastadora que as crises econômicas, ambientais e sociais, pois provoca uma crescente desconfiança entre governantes e governados. Não é meramente uma questão de insatisfação temporária ou de preferências políticas mutáveis, mas sim uma ruptura estrutural e profunda que afeta o cerne da relação entre os cidadãos e as instituições políticas. Para o autor, trata-se do colapso da democracia liberal, que outrora se consolidou como um modelo político confiável, mas que agora se desintegra sob o peso da insatisfação popular. Castells destaca que a rejeição ao sistema político atual não é uma rejeição à democracia em si, mas à sua forma liberal vigente, percebida como ineficaz na representação dos interesses reais da população.

Segundo Foa e Mounk (2016), esta desconexão é perigosa principalmente pela forma como tem se alastrado mesmo em democracias consideradas consolidadas. Ginsburg e Hug (2018) observam que países da Europa Central, Europa Oriental e América Latina, com transições democráticas recentes e economias em desenvolvimento, são

habitualmente considerados mais vulneráveis ao retorno de autoritarismos devido à presença de crises prolongadas, como instabilidade econômica, alta desigualdade social e fragilidade institucional. Em contraste, a estabilidade das democracias consolidadas e com altos níveis de desenvolvimento social e econômico, como na América do Norte e Europa Ocidental, é normalmente vista como garantida (Habermas, 1996; Morlino, 1989).

A crença desta “garantia” deriva da expectativa de que, após a Guerra Fria, as democracias constitucionais seriam protegidas por meio de um sistema autorregulável contra tentativas de subversão. Scheppel (2018) descreve essas proteções como fundamentadas em eleições regulares, constituições robustas com revisão judicial, múltiplas instituições de direitos e mecanismos de controle e equilíbrio. Tradicionalmente, a consolidação é vista como o amadurecimento de uma democracia para operar eficientemente dentro de seus sistemas e leis, garantindo estabilidade ao Estado (Norris, 2000; Diamond, 2015). Segundo Schedler (1998), trata-se de um regime que se espera perdurar, sustentado por uma percepção de legitimidade e eficácia que supera crises políticas e ciclos eleitorais momentâneos. Conforme Morlino (1989) elabora, o conceito de consolidação democrática envolve um processo dinâmico de adaptação e aceitação por parte da sociedade civil:

Defino, pues, consolidación democrática como “ese proceso de adaptación-congelación de estructuras y normas democráticas que son aceptadas como legítimas, en parte o del todo, por la sociedad civil”. Añado enseguida que “tal proceso, complejo y variado, se desarrolla en direcciones diferentes y alcanza tal refuerzo de aquellas instituciones y normas como para permitir su persistencia”. Complejo y variado porque puede adoptar formas diferentes. (...) A ese refuerzo se puede llegar de modos muy diferentes entre sí. No hay que olvidar, sin embargo, que la legitimación, cada vez más amplia, o la aceptación, tanto de las estructuras del régimen como de las propias estructuras intermedias, son también condición esencial que conduce al esfuerzo de las instituciones y, por tanto, a la consolidación del régimen, en sentido estricto. En este sentido, la legitimación, aun formando parte analíticamente de ese proceso, es su propia base (Morlino, 1989, p. 19-20).

Contudo, conforme O'Donnell (1999) e Fukuyama (2015) advertem, a estabilidade das democracias não deve ser presumida como um dado absoluto, mas como resultado de uma construção contínua e consciente de seus fundamentos. Nesse contexto, Foa e Mounk (2016) alertam para vulnerabilidades que podem catalisar recuos na consolidação das

democracias. Eles descrevem este fenômeno como “desconsolidação democrática”, referindo a um processo antagônico à consolidação e que se caracteriza por quatro aspectos: o declínio no apoio público à democracia como sistema de governo; a diminuição do apoio às instituições da democracia liberal; a diminuição na vontade de seguir causas políticas através do sistema político existente; e uma maior receptividade a alternativas não democráticas. Segundo os autores, seus sinais são percebidos através do enfraquecimento da conexão entre governantes e governados em práticas e processos vitais, como a redução da participação eleitoral, o enfraquecimento do engajamento partidário e a baixa congruência entre eleitos e eleitores – que afetam a saúde da representação.

De acordo com Dahl (2005), a legitimidade de normas e instituições essenciais para sua manutenção é um fator indispensável para a estabilidade democrática, de maneira que a baixa adesão popular a torna profundamente fragilizada. Se os cidadãos acreditam que as instituições não representam seus interesses, a confiança social que sustenta o contrato democrático se deteriora (Diamond, 2015; Easton, 1965; Schedler, 1998). Segundo Scheppelle (2018), desvios na integridade dos representantes e governantes, como escândalos de corrupção, intensificam o sentimento entre os cidadãos de que as instituições políticas, em vez de promoverem o bem comum, frequentemente são capturadas por interesses privados e operam de forma distante e desconectada das necessidades reais da sociedade.

De acordo com Castells (2018), esse problema é agravado pela globalização, que para as camadas mais vulneráveis parece reduzir o poder dos Estados e desestabilizar as economias nacionais. Para o autor, a crise de confiança é tanto emocional quanto cognitiva. Emocionalmente, os cidadãos experimentam um sentimento de traição e abandono pelas instituições que deveriam representá-los e protegê-los. Cognitivamente, há uma crescente percepção de que essas instituições falham em sua capacidade de governar efetivamente, resolver problemas sociais complexos ou responder às crises contemporâneas de maneira hábil.

A crise financeira de 2008 expôs as deficiências das instituições democráticas em regular adequadamente as forças de mercado frente ao capitalismo especulativo, com as intervenções governamentais destinadas a resgatar bancos e grandes empresas, enquanto a população enfrentava diretamente as adversidades econômicas (Castells, 2018; Fukuyama, 2015; Runciman, 2018). Foster e Frieden (2017), por exemplo, indicam que

a Europa apresentou um declínio acentuado na confiança pública nas instituições após a crise. As nações mais afetadas por taxas de desemprego elevadas e medidas de austeridade severas – particularmente os países devedores do sul da Europa – demonstraram as maiores quedas na confiança governamental.

Isto é, desemprego, desempenho econômico negativo e a implementação de programas de ajuste estrutural desempenham um importante fator na erosão da confiança política (Diamond, 2015; Moreira, 2020). Isso sugere que as percepções sobre a eficácia das instituições estão intrinsecamente ligadas à saúde econômica de uma nação e sua capacidade em auxiliar a população em tempos adversos, com crises econômicas prolongadas agindo não apenas como catalisadores de instabilidade, mas também como amplificadores de insatisfação existente com o governo (Easton, 1965; Foster & Frieden, 2017; Fukuyama, 2015).

Em resposta, movimentos sociais – como o 15-M na Espanha, o Occupy Wall Street nos EUA e os Protestos de Junho de 2013 no Brasil – articulam essa rejeição com o lema "Não nos representam", sinalizando um clamor por uma "democracia real" que transcenda os limites institucionais tradicionais (Castells, 2018; Moreira, 2020). Circunstâncias como estas criam oportunidades para a emergência de lideranças políticas que, explorando o sentimento de frustração com o sistema, distanciam-se do modelo político convencional e transformam significativamente a ordem política (Diamond, 2015; Scheppel, 2018; Stoker, 2021), como ocorreu nos Estados Unidos e no Brasil (Botelho et al., 2020; Melo & Pereira, 2024).

## CAPÍTULO 3 - Resultados e Discussão

### 3.1 A captura da crise pelo executivo

As eleições de Donald Trump em 2016 e de Jair Bolsonaro em 2018 ocorreram em meio a crises econômicas e políticas que minaram a confiança nas elites. Nos EUA, a recuperação parcial sob Obama após a crise de 2008 foi desigual, com áreas industriais sofrendo desemprego e estagnação salarial, o que intensificou o descontentamento da classe trabalhadora (Castells, 2018; Haggard & Kaufman, 2021). Além disso, a polarização aumentou devido a temas como imigração e o Obamacare (que ampliou o acesso à saúde, mas enfrentou forte oposição) em razão dos ajustes econômicos. No Brasil, a recessão de 2015-2016, que levou ao aumento do desemprego e à estagnação

econômica, somada aos escândalos da Lava Jato e ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, além da percepção de ilegitimidade do governo de Michel Temer (vice de Dilma), agravou o sentimento de descrédito em relação aos partidos tradicionais (Botelho et al., 2020; Moreira, 2020; Paulino, 2021).

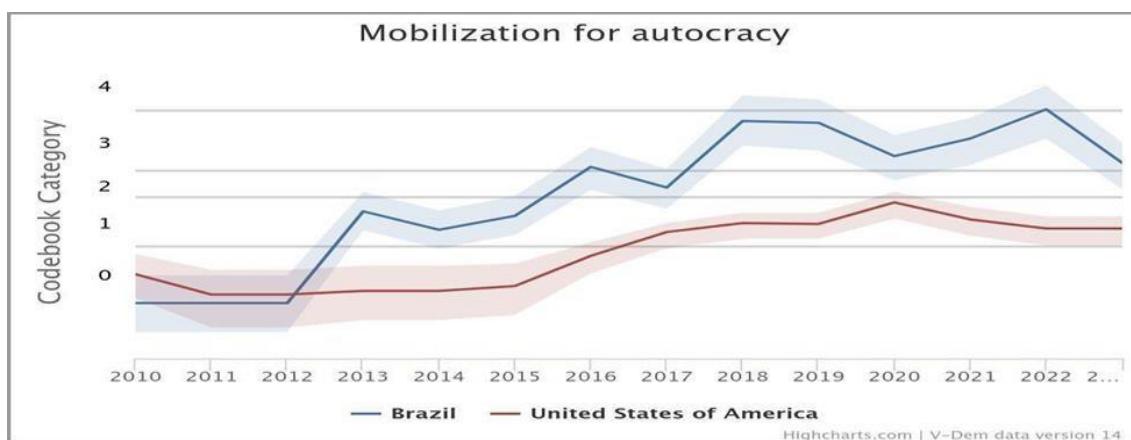
Segundo Haggard e Kaufman (2021), Trump e Bolsonaro são fenômenos decorrentes da crise de confiança institucional, emergindo como personagens outsiders da grande política nacional. Trump era um importante empresário, enquanto Bolsonaro, ainda que tenha sido Deputado Federal por quase trinta anos, não tinha expressão nacional relevante. Fora do corpo mais reconhecido da política, ambos puderam adotar semelhantes narrativas anti-establishment, posicionando-se contra as normas e costumes políticos estabelecidos e prometendo combater um sistema corrompido e ineficaz.

Em conformidade com os aspectos da desconsolidação democrática apontados por Foa e Mounk (2016), Schepppele (2018) cita que crises profundas favorecem a procura por alternativas que se distanciam radicalmente do atual sistema considerado como problemático, numa tentativa de renovação absoluta. Se por um lado pode traduzir-se na apatia política e na recusa do aparato democrático, ela pode também se dar pela aceitação de soluções autoritárias (Enyedi, 2016; Levitsky & Ziblatt, 2018).

Eventually — and this is the story in many of the places where the new autocrats eventually win elections — a dysfunction in the party system allows a mainstream political party to be captured or, alternatively, some rupture in the world (an economic crisis, a political scandal, a national trauma) leads to the sidelining of established political parties because they are blamed for longstanding problems. Many voters who become cynical after too many failed promises—and who already voted repeatedly for moderate change only to get no change at all—will then opt for illiberalism. A tsunami of an election finally tips a weakened constitutional structure into collapse. This is how charismatic autocrats ascend to power (Schepppele, 2018, p. 580).

A partir de 2012, Brasil e Estados Unidos apresentaram um aumento significativo no número de eventos de massa em apoio a regimes não democráticos, como manifestações favoráveis a governos autoritários ou que enfraquecem instituições democráticas (Figura 1). O Brasil enfrentava uma intensa instabilidade política que afetou profundamente a imagem dos dois principais partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se revezaram no poder desde 1995. Os picos

destes eventos ocorreram em 2018, durante a eleição que levaria Bolsonaro à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), então com pouca expressão política, e em 2022, ano eleitoral em que Bolsonaro buscou reeleger-se. Durante o seu governo, houve uma retórica significativa contra a mídia e outras instituições democráticas, o que pode ter incentivado a continuidade de mobilizações com fins autocráticos (Botelho et al., 2020; Melo & Pereira, 2024; Muggah, 2021).



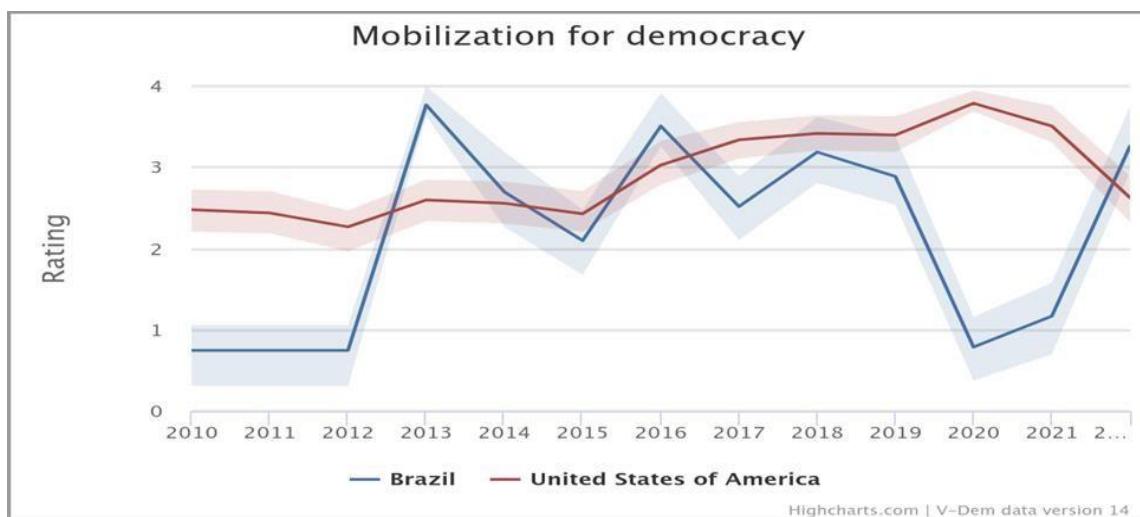
**Figura 3.1.** Mobilizações em prol de objetivos autocráticos (2010-2022)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

Nos Estados Unidos, embora a mobilização tenha sido mais estável, também houve um aumento a partir de 2016, relacionado à eleição de Trump. Durante este período, houve uma frequente hostilidade em relação a oposição e demais instituições, além de ter sido questionada constantemente a confiabilidade do processo eleitoral, o que pode ter mobilizado grupos a favor de ideias autocráticas. O pico em 2020 coincide com as eleições presidenciais entre Joe Biden e Trump.

Observam-se, também, mobilizações significativas pela democracia durante os governos de Trump e Bolsonaro (Figura 2). Em ambos os países, essa tendência reflete uma resposta da sociedade civil às percebidas ameaças às instituições e aos direitos fundamentais. Esse movimento pode ser visto como um esforço para preservar ou reivindicar a integridade democrática frente a lideranças consideradas autoritárias ou indiferentes às normas estabelecidas. No caso americano, a mobilização se intensificou particularmente em torno de questões de direitos civis, exemplificado pelo movimento Black Lives Matter, que ganhou força após incidentes de violência policial e injustiça racial (Mounk, 2019). No Brasil, o governo de Bolsonaro foi marcado por várias manifestações em resposta às suas promessas eleitorais e à sua retórica frequentemente

vista como antidemocrática, especialmente em relação à imprensa e ao judiciário, além de sua gestão da pandemia de COVID-19 (Botelho et al., 2020; Lopes et al., 2020).



**Figura 3.2.** Mobilizações pela democracia (2010-2022)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

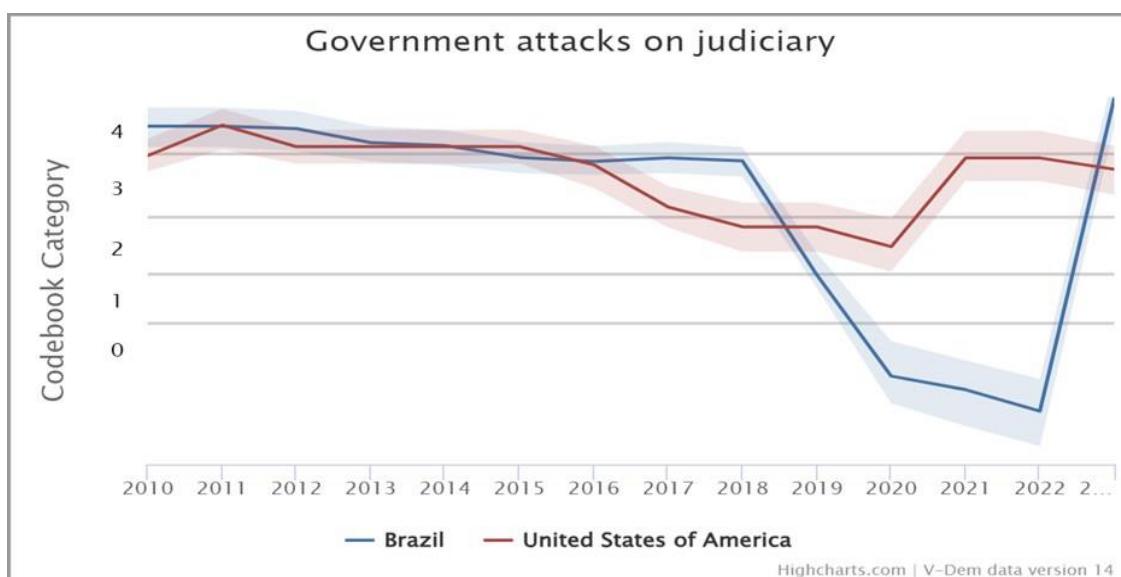
Moreira (2020) explica que, no imaginário público, a ideia de uma radicalização dificilmente se apresenta como uma ameaça para a democracia, mas sim como uma solução temporária que permitiria uma reorganização completa do sistema. Desta forma, as questões problemáticas poderiam ser erradicadas mais rápida e facilmente, na expectativa da retomada da normalidade econômica, política e social após esse movimento.

Esta expectativa colabora com a angariação de apoio popular aos atores subversivos e fortalece sua posição política ao cooptar aliados que buscam se alinhar às preferências do eleitorado (Bustikova & Guasti, 2017; Melo & Pereira, 2024). O afastamento calculado de sua imagem das demais instituições e poderes não é visto como arriscado, mas como uma oportunidade para justificar ataques e ganhar poder (Chiopris et al., 2021). Ao procurar enfraquecer as estruturas democráticas por meio do seu apoio à deslegitimização institucional, esses líderes criam um ambiente propício para a centralização e a erosão dos mecanismos de controle (Bermeo, 2016; Botelho et al., 2020).

Durante a presidência de Bolsonaro, as interações entre o Poder Judiciário e o Executivo foram marcadas por um duplo padrão de acomodação e confronto, refletindo tensões e alianças estratégicas dentro do sistema político brasileiro. Enquanto houve uma tendência à acomodação em questões de anticorrupção, com consensos políticos levando ao enfraquecimento de operações significativas como a "Lava Jato", o confronto

prevaleceu em temas constitucionais, onde o Supremo Tribunal Federal frequentemente se posicionou contra medidas consideradas iliberais pelo governo. Essa dinâmica complexa sugere não apenas uma luta contínua pela preservação de certos padrões democráticos, mas também a instrumentalização do judiciário em disputas políticas mais amplas (Arguelhes, 2022; Da Ros & Taylor, 2022; Melo & Pereira, 2024).

A abordagem agressiva de Bolsonaro e Trump traduziu-se no aumento na incidência de ataques do governo à integridade dos judiciários brasileiro e americano (Figura 3) – ainda que, no Brasil, a frequência de ataques foi geralmente mais alta e volátil em comparação aos Estados Unidos. Com praticamente nenhuma incidência anual até 2018, a partir de 2019 houve uma intensificação durante o mandato de Bolsonaro, com registros diários ou semanais. Os ataques voltam a cessar após o fim de seu mandato. Similarmente, os Estados Unidos registraram aumento na frequência de ataques a partir de 2016, ano da eleição de Trump e manteve a frequência até a saída de Trump do poder. Desde 1981, Trump foi o presidente que mais nomeou juízes, influenciando decisões importantes a seu favor através da nomeação de simpatizantes (De Orte, 2020).

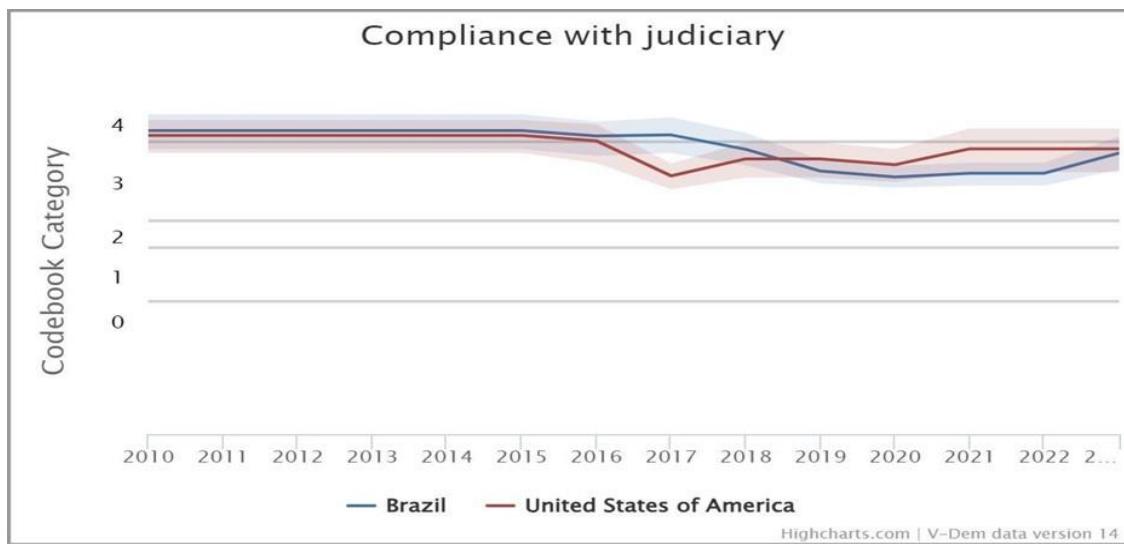


**Figura 3.3.** Ataques do governo à integridade do judiciário (2010-2023)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

No que diz respeito ao cumprimento de decisões judiciais importantes com as quais os governos discordam (Figura 4), a conformidade se manteve elevada em ambos os países. Contudo, a partir de 2016, no Brasil, e de 2017, nos Estados Unidos, houve um leve declínio nesse cumprimento, o que sugere, comparativamente, uma indisposição mais acentuada de ambos para com o judiciário. Parte da razão se deve à tentativa de

manter-se afastado do alinhamento com os demais poderes. Após o fim de seus mandatos, a conformidade volta a crescer em ambos os países, sugerindo que os presidentes subsequentes demonstraram fortalecimento do respeito às outras instituições.



**Figura 3.4.** Conformidade com o judiciário (2010-2023)

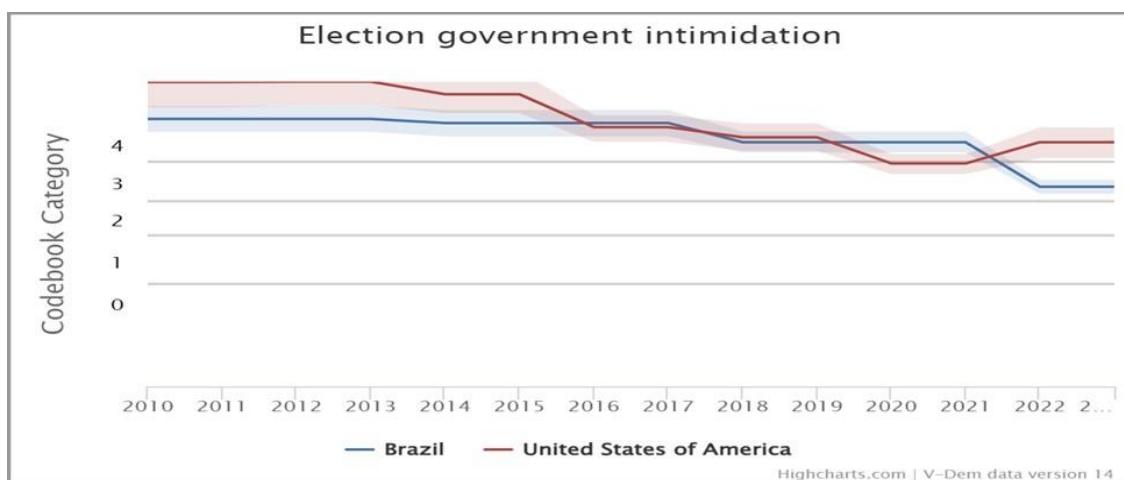
Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

A postura abertamente contrária às demais instituições levou Bolsonaro a participar de manifestações que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, chegando a consultar ministérios sobre a possibilidade de declaração de estado de sítio (Botelho et al., 2020; Lopes et al., 2020). Além disso, o então presidente editou mais medidas provisórias no primeiro semestre de 2020 do que qualquer outro governante nesse período (Da Ros & Taylor, 2022; Muggah, 2021).

Acerca da abordagem dos governos do Brasil e Estados Unidos durante a pandemia do COVID-19, em que Bolsonaro e Trump negaram repetidamente a gravidade da crise, Lopes et al apontam para o uso da estratégia “underreach” onde, segundo Pozen e Scheppelle (2020), o executivo deliberadamente ignora um problema público, mesmo tendo obrigação legal ou capacidade para resolvê-lo. De acordo com Lopes et. al (idem, p. 110), essa estratégia “não abarca esforços infrutíferos, incapacidade técnica ou qualquer espécie de omissão: é necessariamente intencional”, com intuito de preservar-se e transferir a responsabilidade. Bolsonaro, por exemplo, passou a repetir reiteradamente que o STF o proibiu de atuar contra a pandemia, após o órgão ter decidido que estados e municípios também poderiam determinar regras de combate à crise (Arguelhes, 2022; Muggah, 2021; Vivas & Falcão, 2021).

Essas dinâmicas são preocupantes quando consideramos suas implicações a longo prazo, especialmente no contexto eleitoral. Embora as declarações não signifiquem alcançar a subversão imediata, esse cenário alimenta ainda mais o populismo, que explora a insegurança institucional para fortalecer sua narrativa (Ginsburg & Hug, 2018). Em períodos eleitorais, essa erosão de confiança pode influenciar o comportamento dos eleitores que percebem os opositores de líderes com intenções subversivas como parte do problema a ser enfrentado.

Entre 2010 e 2016, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o ambiente eleitoral manteve-se estável, sem sinais significativos de intimidação por parte do governo contra a oposição. Entretanto, a partir de 2016, observa-se um aumento gradual de episódios, sugerindo uma deterioração democrática durante períodos críticos (Figura 5). No Brasil, essa intensificação foi mais notável a partir das eleições de 2018, coincidindo com um contexto de maior polarização política e da abordagem colérica de Bolsonaro com instituições e partidos. Nos EUA, o aumento da intimidação se manifestou principalmente durante o ciclo eleitoral de 2020, onde Trump tentou a reeleição, com sinais de repressão e hostilidade direcionadas à oposição e seus grupos de apoio. Após 2021, houve uma leve recuperação, mas os níveis de respeito às práticas democráticas não retornaram completamente ao patamar anterior a 2016.

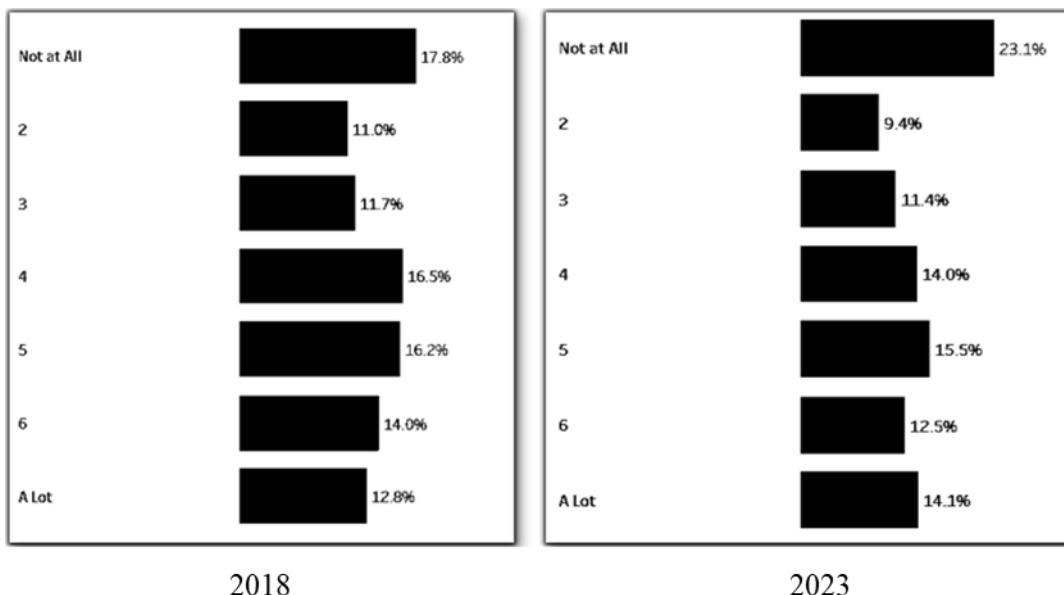


**Figura 3.5.** Intimidação eleitoral por parte do governo (2010-2023)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

Essa situação não apenas compromete a confiança nas instituições políticas, mas também alimenta um crescente ceticismo sobre a eficácia da democracia, como já mencionamos, o que favorece atores subversivos que se aproveitam das fragilidades do sistema institucional. Ao analisarmos a confiança dos brasileiros no STF (Figura 6), por

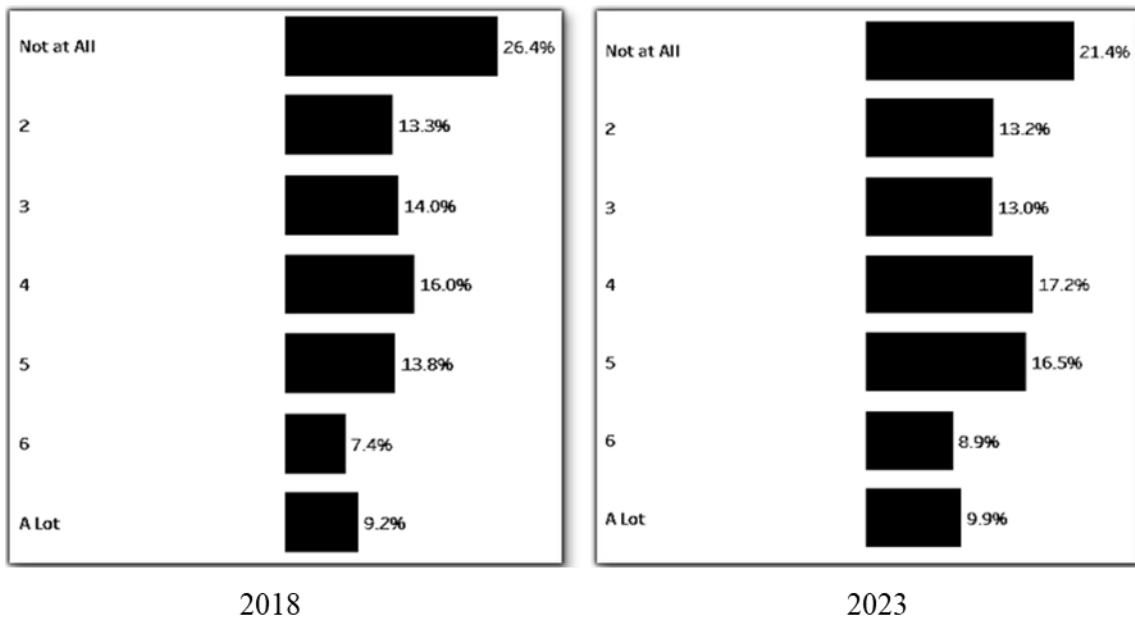
exemplo, observamos um aumento relevante na desconfiança absoluta, de 17,8% para 23,1%, ao compararmos os anos de 2018 e 2023. Embora também tenha sido registrado um aumento na confiança absoluta, esse crescimento foi mais modesto, representando apenas metade do aumento observado na desconfiança.



**Figura 3.6.** Confiança na Suprema Corte de Justiça (2018 e 2023)

**Fonte:** LAPOP Lab, 2021. Center for Global Democracy

Observada a confiança dos brasileiros no Legislativo nos mesmos anos (Figura 7), houve um decréscimo da desconfiança absoluta de 26,4% para 21,4%. Por outro lado, a confiança cresceu menos de um porcento, de 9,2 para 9,9%. Esses dados mostram que a desconfiança ainda predomina. Esse cenário reforça a ideia de que a instabilidade institucional e a falta de credibilidade nas principais figuras do sistema político e judiciário contribuem para um clima de desconfiança generalizada.



**Figura 3.7.** Confiança no Legislativo Nacional (2018 e 2023)

Fonte: LAPOP Lab, 2021. Center for Global Democracy

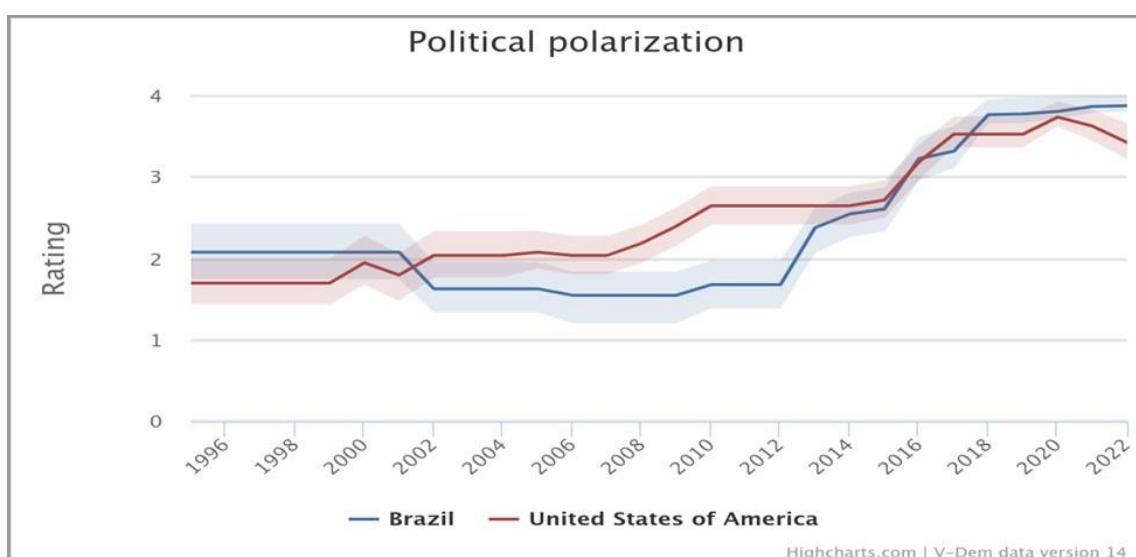
Consequentemente, o judiciário, a imprensa, os órgãos eleitorais e outros atores políticos podem ser percebidos como partidários ou ineficazes, o que apenas alimenta ainda mais a polarização. Runciman (2018, p. 10) afirma que "a ideia básica por trás do populismo (...) é que a democracia foi roubada do povo pelas elites. Para que seja recuperada, as elites precisam ser expulsas das suas tocas, onde escondem suas verdadeiras intenções por trás de um suposto apego à democracia". Quando atores subversivos captam esta narrativa e à medida que suas agendas se consolidam, a capacidade das democracias de se regenerarem e resolverem conflitos de forma pacífica e deliberativa é seriamente comprometida.

### 3.2 Polarização

Mounk (2019) refere como "populismo autoritário" a tendência de líderes que, uma vez no poder, utilizam a retórica anti-establishment para justificar a centralização do poder e a subversão das normas democráticas. O autor considera que Trump e Bolsonaro utilizaram a polarização para firmarem suas imagens como verdadeiros representantes de seus povos. A polarização, como ressaltam os autores, além de ser um subproduto das crises, é também uma estratégia deliberada empregada para a consolidação do poder: a

demonização de seus opositores e a deslegitimação das instituições são recursos para a memória, em suas bases, de que há um inimigo a ser enfrentado.

Analizando a evolução da polarização política no Brasil e nos Estados Unidos a partir de 1995 (Figura 8), procuramos perceber a extensão em que as diferenças políticas afetam as relações sociais além das discussões políticas, ou seja, como elas influenciam as interações sociais cotidianas, como em funções familiares, associações cívicas, atividades de lazer e locais de trabalho. Os resultados indicam uma intensificação no Brasil a partir de 2014, chegando ao pico em 2018 e mantendo-se igualmente alta durante o governo Bolsonaro. Nos Estados Unidos, o padrão da polarização é semelhante ao observado no Brasil, porém seus níveis são comparativamente mais altos desde o início do período analisado. A partir de 2010, o país começou a apresentar uma forma mais acentuada durante o governo Obama, com um salto significativo e relativamente crescente após 2016, voltando a baixar após a saída de Trump do poder, em 2021.



**Figura 3.8.** Polarização política no Brasil e nos Estados Unidos (1995-2022)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

De acordo com Svolik (2020, p. 2), a polarização é uma característica inerente aos sistemas democráticos por ser uma consequência natural da diversidade de opiniões e interesses. Em sua forma moderada, representa a competição de ideias que é vital para o funcionamento de um sistema democrático, onde diferentes grupos defendem suas visões de mundo e propostas políticas. No entanto, a polarização começa a se tornar problemática quando as divisões dentro da sociedade se aprofundam a tal ponto que o diálogo e o compromisso tornam-se engessados. Haggard e Kaufman (2021, p. 14) argumentam que

o impacto de uma polarização aguda, especialmente no contexto eleitoral, afeta tanto as elites políticas quanto os eleitores comuns. Em semelhança à abordagem de Foa e Mounk (2016), os autores identificam três maneiras principais pelas quais a polarização pode acelerar o retrocesso democrático: impactos na administração governamental, o encorajamento de figuras antissistema e maior tolerância a violações democráticas.

Castells (2018) explica que o apoio de segmentos significativos da população é importante para atores subversivos avançarem com seus propósitos. Para Chiopris et al. (2021), esse apoio muitas vezes vem de elites políticas que se desviam dos princípios democráticos e de grandes segmentos da sociedade civil que se tornam mais propensos a adotar ideias e comportamentos extremos que entram em conflito com os valores democráticos tradicionais, como a tolerância, o diálogo e o pluralismo. Esta radicalização frequentemente surge como uma reação a percepções de injustiças e falhas sistêmicas (Enyedi, 2016; Moreira, 2020), ou pela própria influência de lideranças que promovem agendas polarizadoras para cativar bases, fortalecer seus discursos e deslegitimar os oponentes (Botelho et al., 2020; Melo & Pereira, 2024; Mounk, 2019). Segundo Svolik (2020), em associação a outras dinâmicas políticas e sociais, a polarização pode ser tanto um sintoma quanto uma causa de deterioração democrática.

Kleinfeld (2023) alerta que, quando essas dinâmicas são combinadas com uma desconfiança generalizada nas instituições e processos democráticos, o resultado pode ser um círculo vicioso de deterioração democrática e instabilidade. Em cenários de profunda divisão, a polarização pode atingir graus tão elevados que as divisões políticas ou ideológicas deixam de ser apenas sobre diferenças de opiniões e começam a incluir elementos emocionais intensos e pessoais, resultando em uma “polarização afetiva”. Kleinfeld explica que este fenômeno surge quando as identidades pessoais e os valores fundamentais dos indivíduos começam a se entrelaçar profundamente com suas posições políticas. Assim, um desacordo político deixa de ser percebido apenas como uma diferença de perspectiva e passa a ser visto como um ataque direto à identidade e aos valores pessoais. Essa personalização do conflito eleva as apostas emocionais das disputas políticas, transformando adversários em inimigos morais e qualquer compromisso mútuo é tido como uma traição aos seus princípios.

Chiopris et al. (2021) e Palonen (2009) observam que a exploração de tensões sociais frequentemente se baseia na capitalização de sentimentos de injustiça, medo e preconceito. Sendo a política profundamente emocional (Castells, 2018), esses sentimentos interagem com sistemas de votação, incentivos de candidatos e

relacionamentos pessoais. Isso acaba por permitir que mensagens autoritárias ou extremistas, consideradas alarmantes em condições normais, sejam percebidas em contextos polarizados como soluções legítimas.

Ao capitalizarem o medo da população para fortalecer suas imagens, Bolsonaro e Trump adotaram o modus operandi comum de atores subversivos (Bermeo, 2016), haja visto que Viktor Orbán organizou seu governo em torno de inseguranças dos húngaros relacionadas à identidade nacional e imigração (Bustikova & Guasti, 2017), enquanto Nicolás Maduro foi eleito na Venezuela se utilizando da crise econômica que dava seus primeiros sinais em 2013 (Kronick et al., 2023).

Svolik (2020, p. 3) abjeta que, enquanto alguns eleitores são seduzidos pelo apelo emocional dos discursos destes líderes, outros estão plenamente cientes dos riscos que eles representam para a democracia e, mesmo assim, optam por continuar seu apoio. Em cenários de polarização intensa, os eleitores podem acreditar que punir seu candidato por questões de ordem democrática — através da retirada de apoio, por exemplo — poderia fortalecer o candidato opositor, que desaprovam. Posto isso, compreende-se que, à medida que a polarização aumenta, cresce também a tolerância para com atitudes e políticas. Esse apoio pode refletir uma estratégia calculada, e não necessariamente uma ignorância sobre os riscos expostos. Graham e Svolik (2020) argumentam que essa dinâmica faz com que mudanças nas leis, restrições a liberdades civis e ações repressivas sejam vistas como justificáveis, necessárias ou aceitáveis para combater supostos inimigos maiores.

Haggard e Kaufman (2021, p. 14) explicam que o enfraquecimento das forças políticas centristas dificulta colaborações entre diferentes grupos políticos, levando à paralisação governamental ou decisões que, notoriamente, não refletem um consenso amplo. Essa situação pode fazer com que o judiciário, a imprensa, os órgãos eleitorais e outros atores políticos sejam percebidos como partidários ou ineficazes, o que alimenta ainda mais a polarização. Nesse ambiente, o modo como a comunicação política é conduzida pode afetar ainda mais a percepção popular.

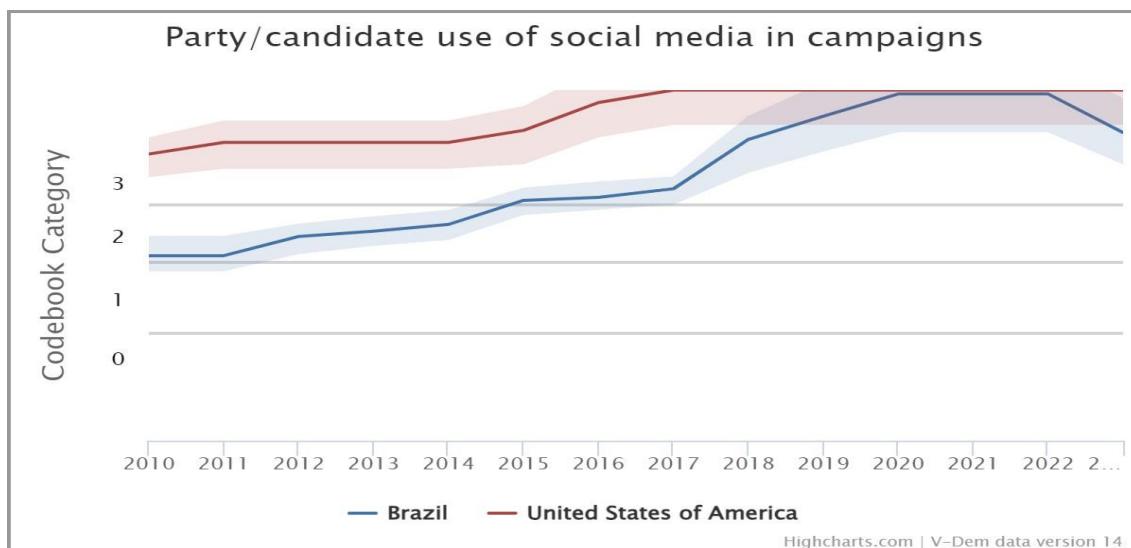
### **3.3 A democracia a partir das redes sociais**

No século XX, a comunicação política era amplamente mediada por comícios, rádio, televisão e jornais, caracterizados por serem predominantemente unidirecionais: a informação fluía de um ponto central — governo, partidos e políticos — para a população, seguindo uma lógica de transmissão em massa, na qual a audiência desempenhava um

papel quase passivo (Norris, 2000). A partir da expansão da internet na última década do século, surgem novas ferramentas que incentivavam maior interatividade: os e-mails e websites. Norris (2000) relata que essas ferramentas permitiram que políticos e partidos superassem a abordagem genérica e massificada das mídias tradicionais. Como plataformas acessíveis em tempo integral, eleitores podiam obter informações detalhadas sobre candidatos e políticas sem as limitações de horário ou acesso físico, promovendo uma troca mais dinâmica. Economicamente, tanto a distribuição de e-mails quanto a manutenção de websites eram consideravelmente mais vantajosas em comparação com os métodos tradicionais, possibilitando uma comunicação mais constante e abrangente, mesmo com orçamentos restritos (Tufekci, 2017). Essas inovações pavimentaram o caminho para mudanças ainda mais profundas nas décadas seguintes.

A comunicação política foi profundamente transformada pela ascensão das redes sociais, que começaram a ganhar popularidade no início dos anos 2000 com o surgimento de plataformas como Facebook, Twitter (atual X) e YouTube. Estas plataformas revolucionaram a maneira como as informações são disseminadas e as campanhas políticas são conduzidas, permitindo a mobilização rápida, a disseminação de informações e a organização de movimentos sociais em uma escala sem precedentes (Chadwick, 2013). Tufekci (2017) explica que essas plataformas não apenas alteraram as estratégias de comunicação, mas também transformaram a dinâmica do engajamento e da mobilização. Embora e-mails e websites já proporcionassem algumas facilidades próprias da comunicação digital, as redes sociais revolucionaram o campo pelo grau de interatividade sem precedentes.

Os políticos passaram a receber feedback instantâneo por meio de ferramentas próprias das plataformas – curtidas, comentários e compartilhamentos –, que fornecem um termômetro em tempo real da opinião pública, viabilizando ajustes rápidos em suas estratégias de campanha e comunicação. Essa capacidade de resposta rápida é duplamente benéfica: permite aos políticos se alinharem mais estreitamente com as demandas dos eleitores, enquanto oferece a possibilidade de mitigar mal-entendidos ou controvérsias antes que eles ganhem maior escala. Apesar de o uso das mídias sociais por parte de partidos e candidatos em campanhas ter apresentado um crescimento contínuo a partir de 2003 no Brasil e nos Estados Unidos, ambos os países apresentaram um salto significante no uso destas ferramentas em 2014, com os EUA atingindo o pico histórico em 2017, e o Brasil em 2020 (Figura 9).



**Figura 3.9.** Uso de mídias sociais por partido/candidato em campanhas (2010-2023)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

Castells (2018) argumenta que a digitalização absoluta da informação e a interconexão modal das mensagens, criaram um ambiente midiático que molda constantemente nossa absorção da realidade e, consequentemente, nossas decisões e comportamentos. Para Norris (2000), parte indissociável das mídias, sejam elas tradicionais ou atuais, é a capacidade de influenciar o conhecimento político, a confiança política e a mobilização política. Por essa razão, é vital para uma democracia saudável que as mídias apresentem e contemplem a pluralidade e a diversidade de vozes e perspectivas. Promover um debate mais equilibrado e informado permite que os cidadãos façam escolhas mais conscientes, reduzindo o risco de monopólios de informação ou de um viés demasiadamente unilateral, que poderia distorcer a percepção política (Chadwick, 2013; Roth et al., 2020).

Tufekci (2017) aponta para um paradoxo na realidade digital. O aumento do escrutínio público, potencializado pela visibilidade e pela instantaneidade das redes sociais, obriga os políticos a operarem sob uma vigilância constante. Enquanto isso contribui para uma maior transparência, também pode incentivar práticas onde o foco é maximizar a visibilidade e o engajamento, em detrimento de um debate político mais profundo e fundamentado. A pressão para se manter relevante nas redes sociais pode levar os políticos a priorizar conteúdos emocionalmente carregados ou controversos, visando gerar reações rápidas em vez de promover um entendimento mais substancial das questões. Adicionalmente, Castells (2018) acredita que isso pode transformar a comunicação política contemporânea em um espetáculo constante, onde cada expressão é

meticulosamente calculada para capturar a atenção, engajar o público e, sobretudo, atacar seus oponentes.

Se por um lado esse cenário pode comprometer o debate democrático, por outro pode aumentar o apoio a políticos que são percebidos não como parte do problema institucional, mas sim como a solução para ele (Bradshaw & Howard, 2018). Tufekci (2017) destaca que um dos motivos dessa distinção é a estratégia de políticos utilizarem a proximidade das redes sociais para humanizar suas imagens, criando no eleitorado uma sensação de conexão pessoal e emocional para com eles. Kreiss (2012) relata que essa sensação de proximidade permitiu às campanhas uma comunicação mais eficaz e maior segmentação, direcionando mensagens específicas a grupos distintos – algo difícil de alcançar pelos meios tradicionais.

Na sociedade-rede atual, como é definida por Castells (2018) a era contemporânea, a política é inextricavelmente ligada a esse universo midiático, onde as mensagens assumem formas simples e impactantes, frequentemente reduzidas a imagens ou rostos humanos. Isso ocorre porque a política, desafiando a visão racionalista tradicional, é, para o autor, fundamentalmente emocional. Mensagens assim evocam primeiro um impacto emocional e somente depois são elaboradas, de maneira que o aspecto racional é secundário na formação da opinião pública. Castells justifica que a capacidade de gerar uma resposta emocional rápida é crucial para a eficácia comunicativa e, por extensão, para o sucesso político, já que as emoções, mais do que os argumentos lógicos, impulsionam o engajamento e a mobilização dos cidadãos, principalmente na era digital. Conforme Chadwick (2013) expõe, esses fatores consolidaram as redes sociais como instrumentos políticos indispensáveis, que transcendem o período eleitoral e estabelecem uma interação contínua entre políticos e cidadãos.

### **3.3.1. Câmaras de eco**

Comparadas às mídias tradicionais, as redes sociais acomodam mais facilmente a diversidade do debate político e oferecem oportunidades abrangentes e sem precedentes para o engajamento e a participação popular (Sunstein, 2018; Mounk, 2019). O fato de serem espaços abertos, descentralizados e – de modo expectável – sem controle autocrático (Turcotte et al., 2015) pode fazer do ambiente digital um instrumento eficaz para a educação da inteligência e dos sentimentos do povo – defendidos por Mill (1981, p. 87-88) como essenciais para uma democracia autossustentável, onde qualquer

indivíduo, independentemente de sua posição social, econômica ou política, pode participar e influenciar o rumo da nação.

Entretanto, a crise de legitimidade associada ao apelo emocional intencional transforma as mídias sociais em um campo propício à polarização. Sunstein (2018) refere que o que se tem observado é o aprofundamento da polarização por meio da perpetuação de câmaras de eco, onde os usuários são predominantemente expostos a informações e narrativas que reforçam suas compreensões preexistentes. Uma vez que a democracia se fundamenta na pluralidade de vozes e no debate informado, a capacidade das redes sociais de segmentar audiências e reforçar vieses representa um desafio significativo (Bessi et al., 2015; Paulino, 2021; Zollo et al., 2015).

Sunstein ressalta que essas plataformas não apenas permitem que os indivíduos filtrem ativamente as informações que recebem ou com quem interagem, mas também utilizam sistemas de software (como algoritmos de recomendação) projetados para fornecer automaticamente e de forma contínua conteúdo personalizado. Brown et al. (2022) relata que os sistemas de recomendação procuram maximizar o tempo de permanência dos usuários nas plataformas. No caso do YouTube, por exemplo, embora o algoritmo apresente aos usuários uma quantidade considerável de vídeos recomendados, esses vídeos muitas vezes pertencem a um espaço de navegação confinado, especialmente quando se trata de vídeos populares (Roth et al., 2020). De maneira semelhante, no Twitter, o algoritmo prioriza conteúdos com alta probabilidade de engajamento e sugere conexões com base em similaridades estruturais, recomendando contas que já compartilham seguidores em comum (Colleoni et al., 2014).

Esses espaços altamente personalizados, embora eficientes em manter o engajamento, contribuem para a homofilia política — tendência dos indivíduos de se associarem com aqueles que compartilham opiniões e ideologias semelhantes. Essa homogeneidade está profundamente relacionada à busca pela redução da dissonância cognitiva e por sentimentos de conforto, reconhecimento e pertencimento (Bessi et al., 2015; Cinus et al., 2022), que favorecem a perpetuação das câmaras de eco (Quattrociocchi et al., 2016).

Alguns estudos, contudo, demonstram que a homofilia pode não ter muita influência da ação dos algoritmos, mas sim das práticas culturais e políticas dos usuários. Colleoni et al. (2014) fazem uma distinção entre "rede social simétrica", onde os seguidores são seguidos de volta, e "rede de interesses assimétrica", quando usuários seguem outros sem serem seguidos de volta. Os autores evidenciam que a homofilia é maior na rede simétrica,

refletindo a natureza mais social e comunitária dessas conexões, enquanto a rede assimétrica tende a ser mais aberta e menos polarizada.

Duskin et al. (2014), por sua vez, indicam a existência de câmaras de eco "estruturais" e "ideológicas", revelando que, embora o algoritmo do Twitter tenda a criar redes densas e reciprocamente conectadas, essas redes são menos homogêneas ideologicamente em comparação com as redes formadas manualmente pelos usuários motivados por endossos sociais — isto é, a tendência de buscarmos a validação de nossas ideias políticas em nosso círculo social. Para os autores, um dos achados mais relevantes é que as contas que crescem suas redes por meio do algoritmo de recomendação do Twitter têm menor exposição a conteúdos enganosos, especialmente em comparação com aquelas que crescem suas redes através de endossos sociais.

Estes estudos indicam que os algoritmos de recomendação, por si só, podem não ser intrinsecamente polarizadores. Em vez disso, os padrões de uso dos usuários e o contexto da cultura política desempenham um papel mais fundamental na influência dessas plataformas sobre a polarização política.

### **3.4 As redes sociais como ferramentas de ataque**

De acordo com Thompson (2002), há uma intrincada relação entre política e mídia que faz dos escândalos políticos fenômenos profundamente difundidos. Mais do que apenas incidentes políticos, eles podem assumir diferentes narrativas e interpretações através das variadas redes de comunicação e espectadores, sendo capaz de afetar drasticamente a reputação dos envolvidos e minar a confiança pública. Isso ocorre porque a mídia influencia a formação do discernimento público, destacando não apenas os eventos, mas também os contextualizando e atribuindo significado. Desta forma, a cobertura de um escândalo pode ter repercussões significativas, desde a queda de políticos até mudanças abrangentes na política e nas práticas governamentais.

No contexto das redes sociais, a dinâmica da política do escândalo ganha novas dimensões (Castells, 2018). Nessas plataformas, a propagação de escândalos não necessariamente segue uma narrativa informativa cuidadosamente construída, mas emerge do uso desses meios para atacar adversários (Tufecki, 2017). A estrutura das redes facilita a disseminação de informações, verdadeiras ou não, e amplifica o impacto desses escândalos ao alcançar rapidamente grandes audiências sem a mediação de agentes externos (Bessi et al., 2015; Bustikova & Guasti, 2017; Zollo et al., 2015). Essa tendência

pode distorcer a verdadeira substância da política e das plataformas eleitorais no imaginário público, gerando um efeito “devastador: o de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política” (Castells, 2018, p. 19), que pode levar à “preocupante autodestruição da legitimidade de todo o sistema político” (Moreira, 2020, p. 22).

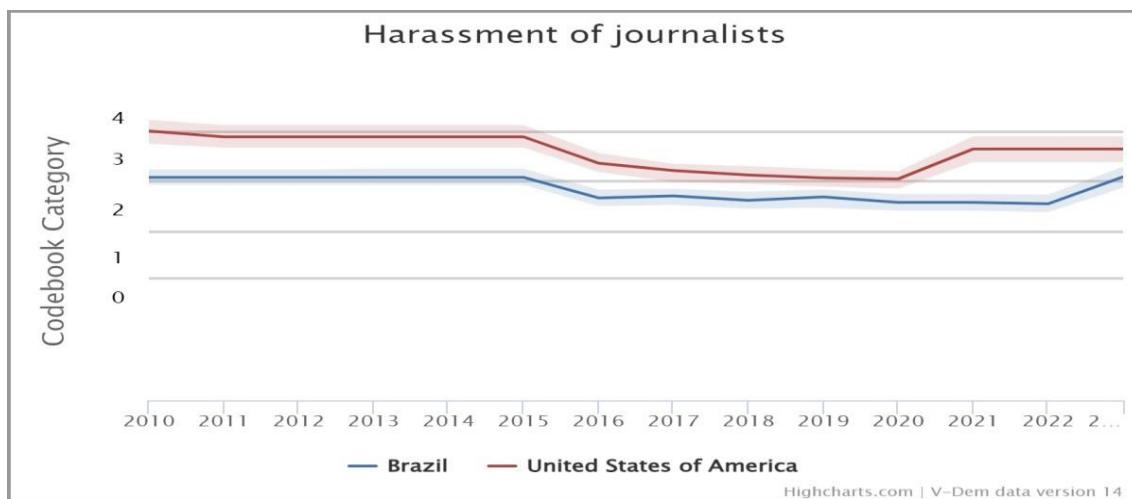
Parte da estratégia do escândalo nas redes sociais consiste em manter acesa a memória dos oponentes e da sua representação do “oposto” em seus discursos (Castells, 2018). Durante sua administração, por exemplo, Trump citou, em tom crítico, Hillary Clinton, candidata opositora na eleição em que venceu, por 271 vezes, enquanto Barack Obama, ex-presidente e aliado de Clinton, foi citado 550 vezes. Já o Partido Democrata foi mencionado em aproximadamente 1.700 tweets (Huang, 2020). Num universo de aproximadamente 28.000 tweets, esses números podem parecer baixos (em torno de 9%). Contudo, ao distribuir esses eventos ao longo do seu mandato (aproximadamente 1461 dias, em quatro anos), significa que seus opositores foram mencionados pelo menos 1 vez ao dia em seu perfil.

O uso tático das redes sociais também possibilitou a Bolsonaro e Trump contornarem as mídias tradicionais e obterem maior controle sobre a natureza da informação política transmitida ao público, moldando narrativas conforme seus interesses políticos (Ott & Dickinson, 2020). Trump utilizou sua conta no Twitter como principal canal de comunicação em resposta às várias contestações feitas pela mídia tradicional acerca de suas afirmações. O então presidente passou a se referir à imprensa como “Fake News”, redefinindo ironicamente o termo usado para descrever desinformação (Runciman, 2018). Durante seu mandato, cerca de 1.200 tweets foram publicados em seu perfil utilizando essa alcunha, alegando que a imprensa mentia ou distorcera a verdade. Para Woolley (2022), ao rotulá-las como desonestas, Trump procurou minar a confiança em fontes de informação estabelecidas e externas ao poder executivo direto, pavimentando um ambiente em que podia tornar a verdade maleável. Aliado ao potencial polarizador, suas afirmações, dentro das câmaras de eco do eleitorado, mantinham um engajamento constante e dificilmente seriam contestadas.

Similarmente, a relação de Bolsonaro com a mídia tradicional também foi marcada por atritos, totalizando 570 ataques a veículos de informação e jornalistas (Souza, 2024). O político adotou uma estratégia comunicacional que incluiu o uso de um espaço informalmente conhecido como “cercadinho” do Palácio da Alvorada, onde ele frequentemente interagia com a imprensa e apoiadores (Médola & Guerreiro, 2022). Esta

prática, que se tornou uma marca de seu governo, ilustra uma abordagem de comunicação que buscava, ao mesmo tempo, aproximar-se de seus seguidores e confrontar a mídia tradicional. Bolsonaro utilizava o "cercadinho" como uma arena onde podia expressar suas opiniões sem filtros, muitas vezes respondendo a perguntas em um formato que lhe permitia controlar a narrativa e que era imediatamente disponibilizada em seus perfis nas redes. Esses encontros eram caracterizados por um tom informal, onde o presidente regularmente criticava a imprensa e fazia declarações polêmicas. Esta dinâmica é exemplificada por episódios em que Bolsonaro, confrontado com perguntas críticas ou que não alinhavam com sua visão, reagiu com hostilidade. Um exemplo claro ocorreu em maio de 2020, quando, ao ser questionado sobre as alegações de interferência na Polícia Federal, Bolsonaro respondeu agressivamente, ordenando que o repórter se calasse (Durães, 2022).

A relação tensa entre os presidentes e a imprensa não se limitou a episódios isolados. Foi uma característica recorrente, refletindo uma estratégia mais ampla de desacreditar veículos de comunicação e jornalistas que criticavam seus governos. Durante seus mandatos, os casos de assédios a jornalistas aumentaram (Figura 10). Este comportamento está alinhado com uma tática de fortalecer sua base de apoio ao apresentar-se como vítimas de perseguição.



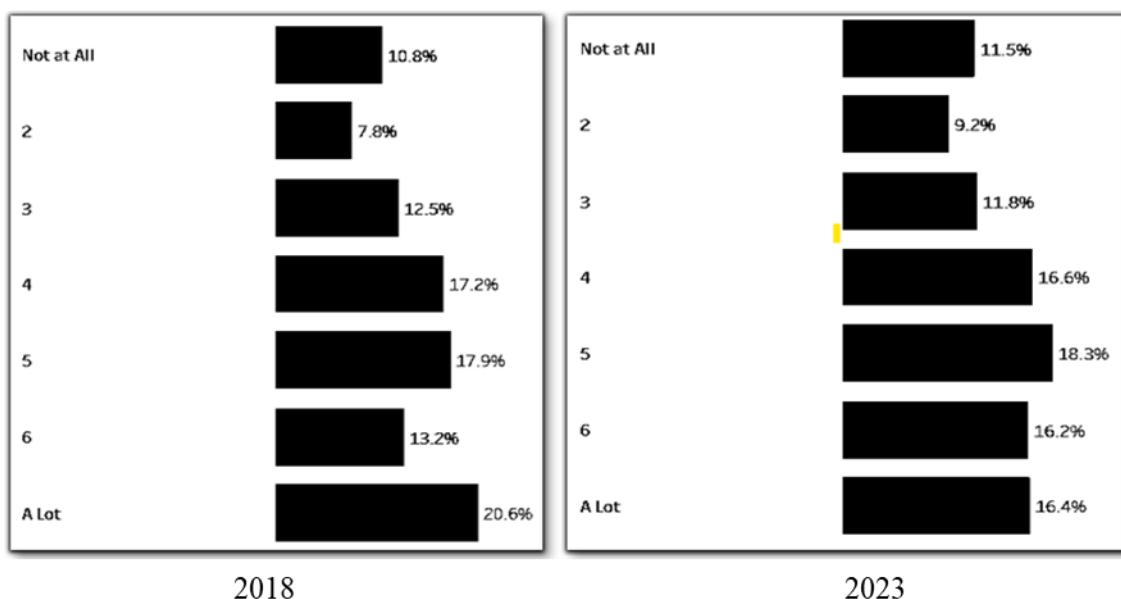
**Figura 3.10.** Assédio a jornalistas (2010-2022)

Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

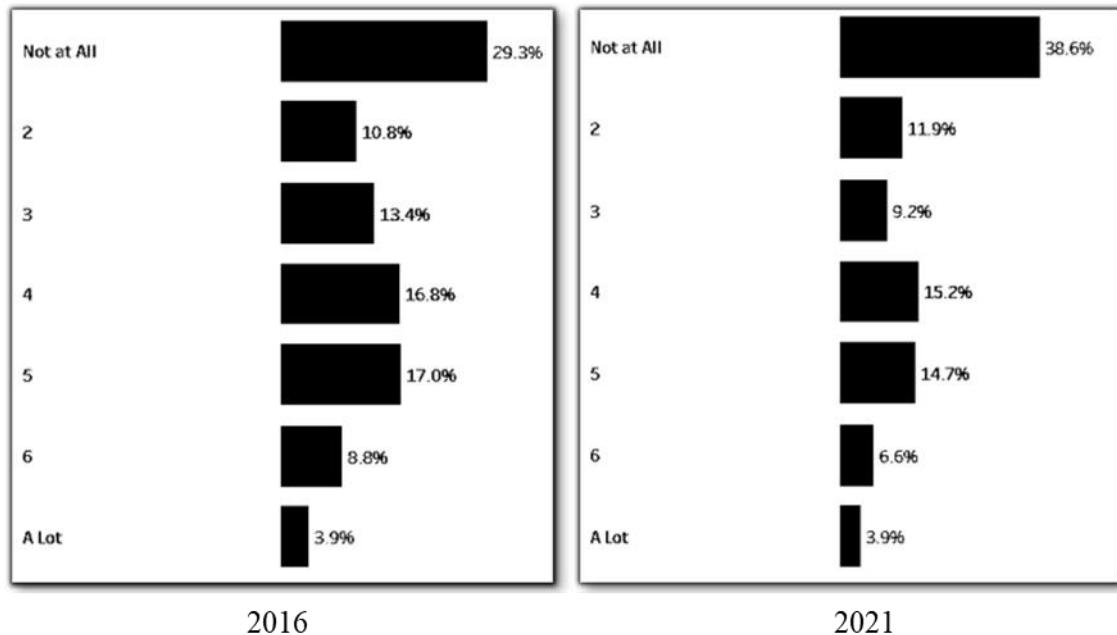
De acordo com Castells (2018), essa abordagem acentua o fenômeno da pós-verdade, onde as percepções pessoais e crenças individuais ofusciam os fatos objetivos. Consequentemente, a mídia tradicional, ao se deparar com essa corrente de desinformação

e impedida de alcançar os mesmos recintos, não raro acaba por reforçar ainda mais esse ciclo, propagando-a inadvertidamente. Mesmo o esforço dessas plataformas em criar ferramentas de checagem de fatos não surte o efeito desejado. Segundo Christenson et al. (2021), quando o Twitter verifica os tweets de Trump, polariza ainda mais os americanos. Em resposta, os cidadãos se voltam cada vez mais para fontes alternativas de informação, muitas vezes sem critérios claros de credibilidade.

Ao comparar o nível de confiança absoluta dos cidadãos brasileiros na mídia tradicional nos anos de 2018 e 2023 (Figura 11), por exemplo, observa-se um decréscimo significativo. A confiança era de 20,6% em 2018 e caiu para 16,4% em 2023, refletindo uma tendência de crescente ceticismo em relação aos meios tradicionais de comunicação. Nos Estados Unidos, por outro lado, a confiança na mídia permaneceu estável, mas em um nível extremamente baixo, de apenas 3,9% (Figura 12). Esse dado evidencia um contexto semelhante de desconfiança, embora em um patamar ainda mais crítico, com os cidadãos americanos mostrando um desapego considerável aos meios de comunicação tradicionais. A desconfiança absoluta na mídia dos Estados Unidos aumentou consideravelmente, subindo de 29,3% para 38,6%. Em ambos os países, esses dados revelam um cenário de crescente desconfiança nas instituições midiáticas, sugerindo uma crise de credibilidade que desafia a função da mídia como fonte confiável de informação para a população.



**Figura 3.11.** Confiança na mídia – Brasil (2018 e 2023)  
Fonte: LAPOP Lab, 2021. Center for Global Democracy



**Figura 3.12.** Confiança na mídia – Estados Unidos (2016 e 2021)

Fonte: LAPOP Lab, 2021. Center for Global Democracy

### 3.5 A operacionalização das fake news

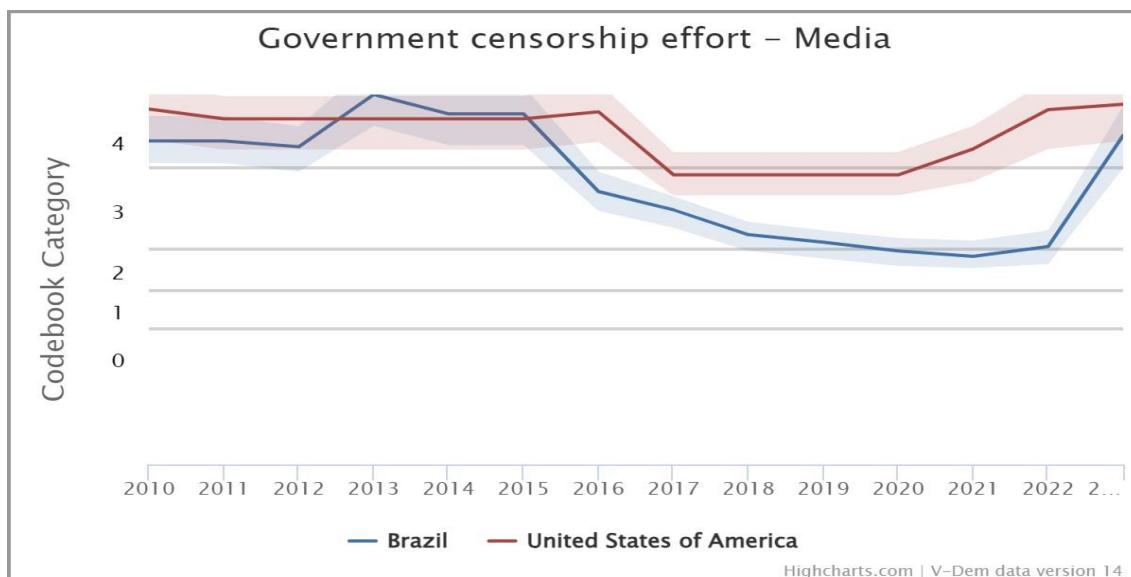
Esse movimento alimenta um ciclo vicioso de desinformação, onde as informações falsas, amplamente conhecidas como “fake news”, não apenas sobrevivem, mas se fortalecem, encontrando terreno fértil em audiências predispostas a aceitar informações que confirmem seus desejos, preconceitos e receios (Bessi et al., 2015; Roth et al., 2020). Na política do escândalo, seu objetivo primário é infamar adversários e fortalecer a posição de seus criadores, deliberadamente manipulando narrativas com intuito de ampliar conflitos e a polarização (Persily, 2017). Elaboradas para provocar reações emocionais intensas, elas são disseminadas rapidamente por essas plataformas, que amplificam seu alcance ao priorizar conteúdos que geram maior engajamento, independentemente de sua veracidade (Del Vicario et al., 2016; Sunstein, 2018). Seu uso estratégico não apenas agrava as tensões existentes, mas também distorce o processo democrático, ao transformar o debate público em um campo de batalha onde a verdade é secundária aos objetivos políticos (Faris & Donovan, 2021).

A sua natureza viral é uma das principais razões pelas quais elas se tornaram tão perigosas (Bessi et al., 2015). Woolley (2022) afirma que, diferentemente das notícias veiculadas pelas mídias tradicionais, que passam por algum nível de verificação e edição, e pelas quais os veículos podem ser responsabilizados posteriormente, as fake news

podem ser criadas e disseminadas por qualquer indivíduo com acesso à internet, sem qualquer tipo de filtro ou controle e de difícil responsabilização. Isso permite que narrativas falsas ou tendenciosas permaneçam online por longos períodos e alcance audiências vastas antes de ser desmentida ou removida, muitas vezes sem que seus efeitos sejam completamente revertidos (Del Vicario et al., 2016; Tufecki, 2017, p. 266; Zollo et al., 2015).

What is more striking in the twenty-first century is that the disinformation campaigns are not necessarily carried out to persuade people or to make them believe any particular set of alleged facts. Instead, the goal is often simply to overwhelm people with so many pieces of bad and disturbing information that they become confused and give up trying to figure out what the truth might be — or even the possibility of finding out what is true. Often, such campaigns also include a proliferation of conspiracy theories. Social media's business model financed by ads paid out based on number of pageviews makes it not just possible but even financially lucrative to spread misinformation, propaganda, or distorted partisan content that can go viral in algorithmically entrenched echo chambers (Tufekci, 2017, p. 241).

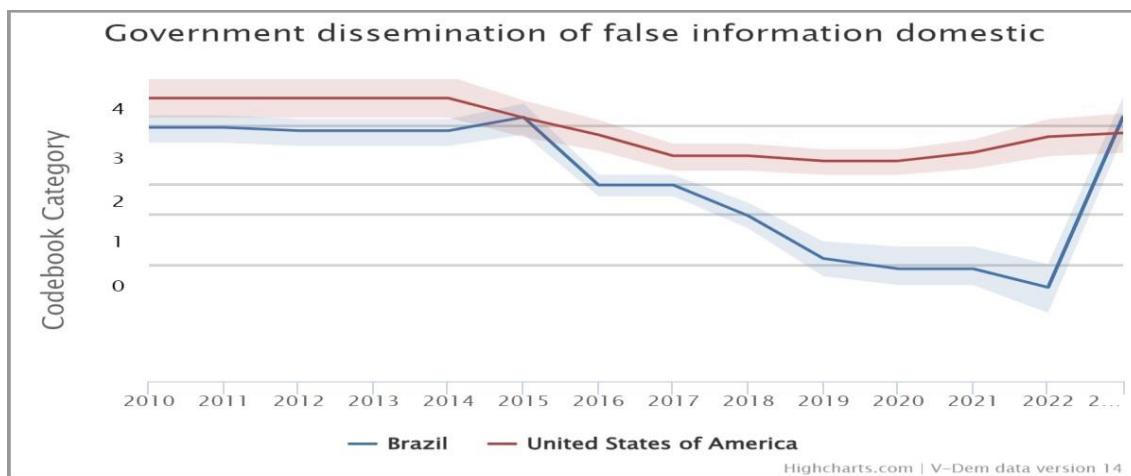
A partir de 2016, houve um aumento substancial nos esforços de censura governamental à mídia tradicional no Brasil e nos Estados Unidos (Figura 13). Durante o governo Bolsonaro, a pressão sobre a mídia manifestou-se, além dos ataques retóricos frequentes, em tentativas de controle indireto, incluindo a manipulação de publicidade oficial para favorecer ou prejudicar determinados veículos de comunicação. Nos Estados Unidos, sob a administração Trump entre 2016 e 2020, também se notou uma redução na liberdade de imprensa, ainda que, comparativamente, os esforços de censura tenham sido menos intensos do que no Brasil.



**Figura 3.13.** Ação de censura à mídia por parte do governo (2010-2023)

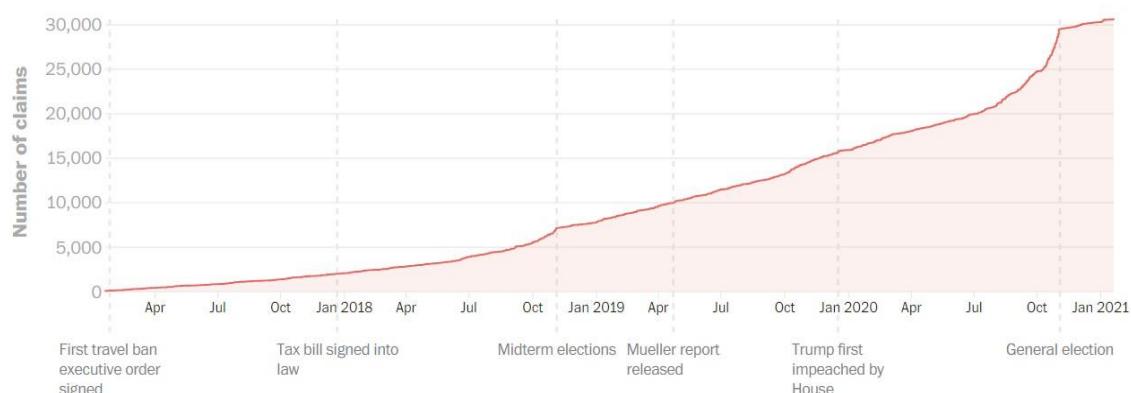
Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

Examinando a frequência com que os governos do Brasil e dos Estados Unidos recorreram às mídias sociais para disseminar informações falsas ou enganosas (Figura 14), verifica-se que ambos os países apresentavam níveis relativamente baixos de desinformação até o ano de 2016. A partir desse ano, o Brasil experimentou um aumento na propagação de desinformação por parte do governo. Essa prática tornou-se mais significativa sob a administração de Bolsonaro, atingindo sua máxima histórica em 2021. Nos Estados Unidos, o período correspondente ao governo Trump também registrou um aumento intenso na disseminação de informações enganosas, mantendo-se consistente até uma recuperação parcial após 2021, indicando uma tentativa de restauração da integridade informativa por parte do novo governo.

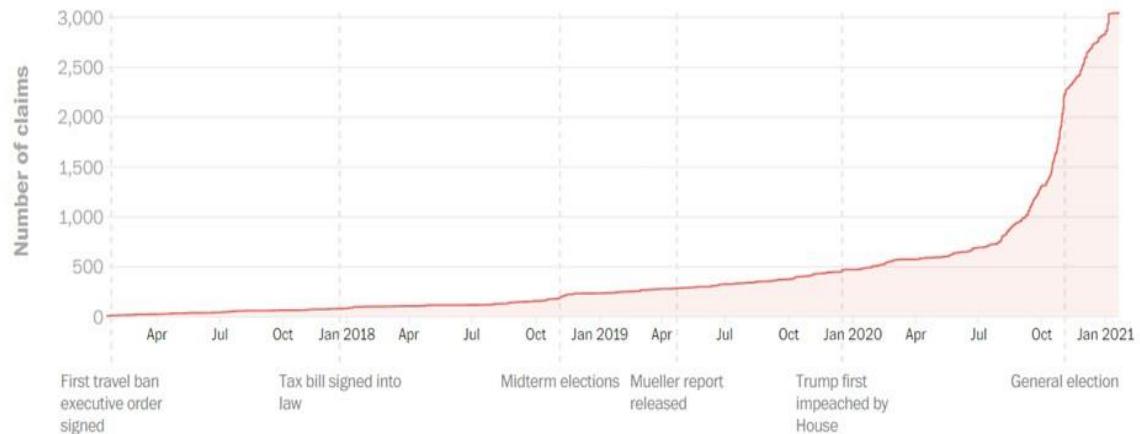


**Figura 3.14.** Disseminação de informações falsas no âmbito doméstico por parte do governo (2010-2023)  
Fonte: V-Dem, 2024. Varieties of democracy

A ferramenta de checagem de fatos do Washington Post identificou que, durante seu mandato, Trump fez 30.573 alegações falsas ou enganosas — com pouco menos da metade delas ocorrendo em seu último ano (Figura 15). Deste total, 4.737 (ou 15.49%) foram feitas através do Twitter (Kessler, 2021). Ao distribuir esse valor ao longo de seu mandato, constata-se que o então presidente fez, em média, 20,93 alegações deste tipo por dia. No que diz respeito às declarações falsas ou enganosas de Trump sobre o procedimento eleitoral dos EUA, a pesquisa referiu um aumento significativo a partir de novembro de 2020, quando os resultados indicaram Joe Biden como vencedor (Figura 16). Deste período até janeiro de 2021, Trump fez 1.016 declarações, sendo 371 através do Twitter.



**Figura 3.15.** Alegações falsas ou enganosas de Trump (2017-2021)  
Fonte: The Washington Post. Fact Checker, 2021



**Figura 3.16.** Declarações falsas ou enganosas de Trump sobre o procedimento eleitoral dos EUA (2017-2021)  
 Fonte: The Washington Post. Fact Checker, 2021

No Brasil, a ferramenta de checagem de fatos elaborada pelo Aos Fatos Organização (2022) demonstra que, durante seu mandato como presidente, Bolsonaro fez 6.685 declarações falsas ou distorcidas. Mais da metade, 67,14%, foi feita durante os dois últimos anos. Em relação ao processo eleitoral, Bolsonaro proferiu 350 declarações falsas ou distorcidas sobre sua legitimidade, dos quais 64,57% ocorreram apenas no último ano de seu governo (Figura 17). Esse aumento significativo nas críticas durante o final de sua administração destaca uma intensificação de sua retórica contra adversários políticos e instituições democráticas, refletindo uma estratégia de escalada na polarização política à medida que se aproximava o término de seu mandato.

Segundo Ozawa et al. (2023), desde sua campanha, Bolsonaro envolveu o uso intensivo de informações falsas ou enganosas, contribuindo para consolidar uma base de apoio nutrida por narrativas simplistas e emocionalmente carregadas. Após sua ascensão ao poder, essa prática foi institucionalizada dentro do governo através do "Gabinete do Ódio", como ficou conhecido na mídia tradicional. Esse departamento empregou uma combinação de bots e esforços humanos para influenciar e manipular a opinião pública em diversas plataformas digitais. O impacto dessa estratégia foi profundo, criando um ambiente de desinformação contínua. Além disso, o "Gabinete do Ódio" exemplificou o uso de tecnologias digitais como ferramentas de controle social.



**Figura 3.17.** Declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro sobre o procedimento eleitoral brasileiro (2019-2022)

**Fonte:** Aos Fatos Organização, 2022

Segundo Quattrociocchi et al. (2016), as câmaras de eco exacerbavam esse fenômeno, já que sua estrutura fechada dificulta a entrada de informações que contradizem ou desafiam a percepção geral do grupo. Turcotte et al. (2015) demonstram que as recomendações de "líderes de opinião" no Facebook podem aumentar a confiança do público na notícia e no veículo informativo, mesmo quando a fonte original é tradicionalmente menos confiável ou conhecida. Esses líderes são indivíduos influentes que moldam opiniões e comportamentos devido ao seu alto nível de atividade, credibilidade percebida e capacidade de disseminação de informações. Em câmaras de eco, o modelo de propagação de informações segue uma dinâmica de contágio complexo, onde a força de uma ideia ou notícia aumenta à medida que mais membros da rede a endossam (Colleoni et al., 2014; Roth et al., 2020).

Isso significa que, nesses ambientes, as fake news não apenas encontram uma audiência receptiva, mas também ganham legitimidade, uma vez que os usuários percebem um apoio majoritário de seus pares (Del Vicario et al, 2016; Quattrociocchi et al., 2016). Esse fenômeno vai além da simples desinformação: em contextos eleitorais, pode distorcer a percepção dos eleitores sobre candidatos e políticas, influenciando o resultado das eleições e, consequentemente, a legitimidade dos processos democráticos (Persily, 2017; Zollo et al., 2015).

Parte fundamental da fórmula das fake news é o uso da propaganda, que Stanley (2015) define como uma forma de discurso que explora e mobiliza ideais políticos, econômicos, estéticos ou racionais para servir a um propósito político. O propósito das fake news no campo político, evidentemente, é criar uma explosão em que se controla a

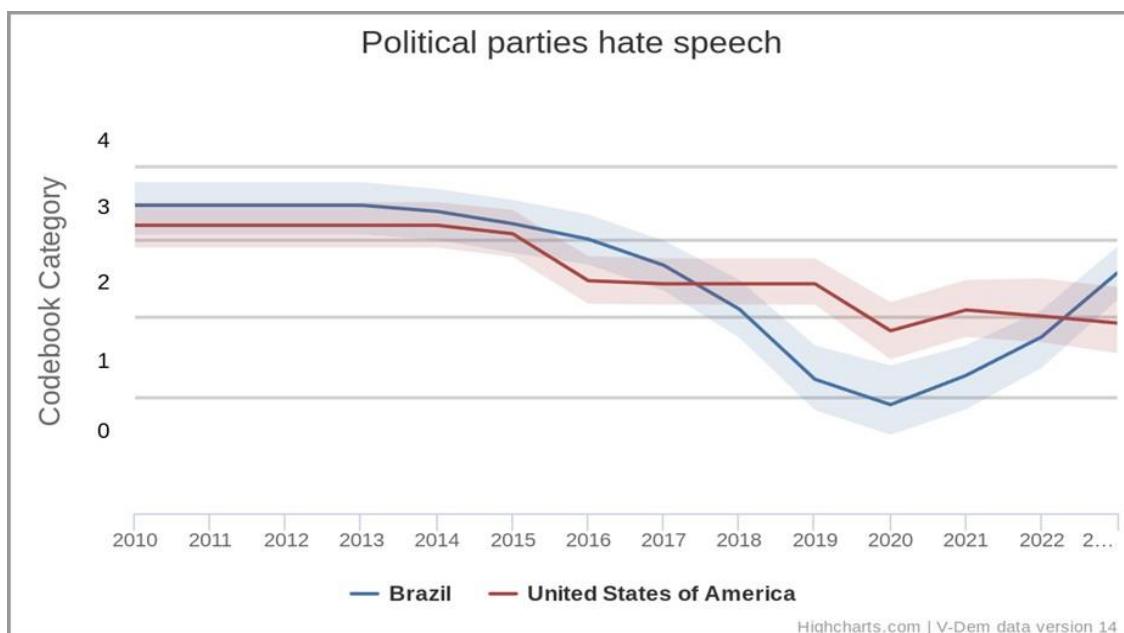
direção do impacto (Runciman, 2018). Segundo Stanley, a essência da propaganda política é que ela pode ser utilizada tanto para apoiar quanto para minar os próprios ideais que ela parece representar. O autor faz uma distinção entre "propaganda de suporte", que fortalece os ideais que ela explicitamente encarna, e "propaganda de minoração", que usa esses ideais para corroer os próprios princípios que afirma defender. Propaganda, nesse sentido, não precisa faltar com sinceridade; ela pode ser uma declaração verdadeira que, no entanto, manipula emoções e opiniões para restringir o debate racional e reforçar ideologias falhas.

Neste contexto, Bradshaw e Howard (2019) definem como "propaganda computacional" o uso de algoritmos, automação e *big data* para moldar a opinião pública e manipular o discurso político através das redes sociais. Essa prática envolve a disseminação de desinformação, amplificação de narrativas políticas e supressão de dissidências por meio de "tropas ciberneticas" — grupos organizados por governos ou partidos políticos. Essas tropas, por sua vez, utilizam ferramentas como *bots*, contas humanas operadas manualmente, e contas híbridas (que combinam características de contas pessoais e contas comerciais ou públicas) para promover propaganda pró-governo, atacar opositores e aumentar a polarização social.

Segundo Mounk (2019), esses mecanismos operam ao explorar e manipular preconceitos preexistentes, facilmente absorvidos porque redes polarizadas são mais propensas a espalhá-lo — especialmente quando os disseminadores de desinformação já estão bem conectados dentro delas. Este cenário resulta em uma fragmentação da comunicação, onde a verdade torna-se subjetiva, baseada nas percepções individuais e a desinformação alimenta um ciclo de desconfiança, enfraquecendo os laços entre o pessoal e o institucional (Del Vicario et al., 2016; Roth et al., 2020).

Entre 2010 e 2023, os partidos políticos majoritários no Brasil e nos Estados Unidos demonstraram padrões distintos quanto ao uso de discursos de ódio em sua retórica (Figura 18). Até 2016, ambos os países apresentavam um uso relativamente restrito de linguagem que buscava insultar, ofender ou intimidar grupos definidos por características como raça, religião, orientação sexual, origem nacional, entre outras. No Brasil, a partir de 2016, coincidindo com o aumento da polarização política durante e após a campanha presidencial de Bolsonaro, observou-se um incremento significativo no seu uso. Esse crescimento foi particularmente acentuado até 2021, refletindo uma mudança no clima político que favorecia a retórica mais agressiva e divisiva adotada pelo então presidente. Nos Estados Unidos, a tendência também mudou após a eleição de Trump em 2016.

Durante seu mandato, houve um aumento no uso de discursos de ódio por partidos políticos, embora essa tendência não tenha sido tão pronunciada quanto no Brasil.



**Figura 3.18.** Uso de discurso de ódio por partidos políticos (2010-2023)

**Fonte:** V-Dem, 2024. Varieties of democracy

Esta tendência de posturas agressivas e a intensa polarização não apenas exacerbaram a deslegitimização das instituições democráticas, mas também as transformaram em inimigas publicamente declaradas. Este cenário de divisão absoluta culminou em eventos violentos, como o ataque ao Congresso Nacional no Brasil em 8 de janeiro de 2023 e o ataque ao Capitólio nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021. Tais atos de violência não são meros acidentes, mas o resultado direto de um ambiente político onde o discurso de ódio foi normalizado como uma ferramenta para mobilizar apoio, fomentar o medo e marginalizar oponentes. Isto é, a escalada desses discursos por figuras políticas tão importantes culminou em ações diretas contra as próprias instituições que compõem a democracia, evidenciando uma crise profunda na estabilidade institucional.

Bradshaw e Howard (2019) destacam a importância de reconhecer que a polarização e a desconfiança nas instituições democráticas, assim como o declínio mais amplo da democracia, são desafios enraizados que precedem a era digital e a proliferação das mídias sociais e da internet. A manipulação das plataformas sociais, portanto, embora represente um risco significativo para as democracias ao redor do mundo, ressalta problemas persistentes enfrentados pelas sociedades democráticas ao longo da história. Com a ascensão da propaganda computacional, que se tornou uma prática comum no ambiente

digital, espera-se que esta evolua ainda mais diante do avanço de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a realidade virtual. Tais tecnologias prometem não apenas transformar a sociedade e a política de maneiras profundas, mas também moldar a forma como a informação é criada, compartilhada e consumida, exigindo uma reflexão cuidadosa e uma resposta estratégica das instituições e dos cidadãos comprometidos com a manutenção dos valores democráticos.

## **Conclusão**

As redes sociais emergiram como forças poderosas capazes de influenciar o discurso político e alterar as dinâmicas democráticas em todo o mundo. A última década mostrou que essas ferramentas já são parte indissociável da política e, ao passo que podem favorecer a expansão democrática, também podem ser usadas para explorar as fragilidades de sociedades em crise. A análise das interações entre as dinâmicas digitais e a política revelou que a polarização, exacerbada por câmaras de eco, homofilia política, política do escândalo e pela proliferação de desinformação, tem o potencial de fragilizar as bases democráticas – principalmente através da desconfiança pública com o sistema. Parte do problema se deve à dificuldade de introdução de narrativas confrontantes nos ambientes onde essas dinâmicas predominam. Somado ao natural apelo emocional das relações políticas, esses fatores parecem favorecer um ambiente de constante conflito, onde o diálogo e o compromisso são substituídos por antagonismos que se prolongam no tempo. Nestes cenários, a manipulação da opinião pública se torna mais fácil, eficaz e vantajosa. Além disso, a perda de confiança nas instituições dificulta o alcance necessário para barrar estes agentes.

Nos Estados Unidos e no Brasil, a instrumentalização digital despendida por Trump e Bolsonaro forneceu a ambos plataformas que eram, simultaneamente, de ataque e defesa. A comunicação escolhida pelos dois pretendia não apenas obter mais apoio, mas também fragilizar suficientemente a horizontalidade do sistema, para então centralizá-lo. Seus movimentos não foram solitários, eles conseguiram reorganizar o ambiente político e capturar grande quantidades de aliados a ponto de serem criados movimentos políticos em seu favor – o bolsonarismo e o trumpismo. O resultado, é claro, não foram suas perpetuações no poder, mas suas derrotas dentro dos sistemas eleitorais duramente atacados durante seus governos. Ambos perderam eleições que normalmente são percebidas como certas: é comum esperar que presidentes no poder sejam reeleitos. Mas

seu afastamento do poder executivo não significou a dissuasão de seus ideias políticos. Seus aliados permanecem na esfera do poder e continuam a se associarem a eles.

Mas se Trump e Bolsonaro dominavam tamanho poder político e narrativo, o que explica não terem sido reeleitos? Certamente a pandemia do Covid-19 teve impacto em seus governos e a tentativa de se afastarem da responsabilidade e negarem a gravidade da crise afastou eleitores que estavam indecisos ou fortaleceu os grupos opositores. Os fatores econômicos e sociais também tiveram peso – as crises permaneceram presentes. Consideramos que, mais importantemente, foram os sistemas de defesa da democracia que os impediu de avançarem. A crise de legitimidade política continua presente, é claro, e mesmo as eleições que os derrubaram foram permeadas por uma intensa insatisfação com o sistema. Entretanto, as décadas de desenvolvimento dos ideais democráticos nas duas sociedades pareceram ser suficientes barrá-los.

Observamos, contudo, que a recuperação democrática no Brasil e nos Estados Unidos após os mandatos de Trump e Bolsonaro apresentou profundas diferenças no tratamento de suas ações políticas, nas reações institucionais e na resiliência das democracias em ambos os países. Ambas as nações vivenciaram momentos críticos sob a liderança desses ex-presidentes. No entanto, o que se observa após a saída de Trump e Bolsonaro do poder é que, enquanto o Brasil demonstrou uma democracia mais disposta a corrigir as fraquezas percebidas, com esforços significativos para responsabilizar Bolsonaro pelos crimes cometidos, os Estados Unidos enfrentam um cenário mais fragmentado em relação à responsabilização de Trump. Bolsonaro foi responsabilizado por diversos crimes, incluindo a sua gestão durante a pandemia de Covid-19, que resultou em acusações formais de negligência e má condução das políticas públicas.

Em 2023, o ex-presidente foi alvo de investigações por seu envolvimento nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, e sua participação no movimento que questionou e difamou o resultado das eleições de 2022. A responsabilidade de Bolsonaro também se reflete em decisões de tribunais, como o STF, que determinou, em março de 2023, sua inelegibilidade para as eleições presidenciais de 2026, após decisão da Justiça Eleitoral que considerou suas ações durante o processo eleitoral de 2022 como crimes eleitorais. Essa decisão representa um passo significativo na tentativa de proteger a democracia brasileira de ameaças autoritárias futuras.

Em contraste, Donald Trump, apesar de enfrentar processos judiciais relacionados aos eventos de 6 de janeiro de 2021 (quando seus apoiantes, inflados pela alegação de golpe feita por Trump, invadiram o Capitólio), não foi responsabilizado de maneira eficaz

pelos seus atos. O Congresso dos Estados Unidos, embora tenha instaurado investigações e promovido tentativas de impeachment enquanto ele ainda estava no poder, não conseguiu afastá-lo do cargo e, após a perda da eleição em 2020, Trump tornou-se no personagem central do Partido Republicano. A despeito de vários processos em andamento, Trump pode legalmente concorrer novamente à presidência nas eleições de 2024 e vencê-la. Mais surpreendente, os desafios legais impostos a Trump se deram através de escândalos paralelos, como o da sua relação com uma acompanhante sexual. Os esforços da oposição e de parte das instituições se detiveram na expectativa de expugná-lo por má conduta, não por movimentos e ações que colocaram em risco a maior democracia do mundo. No fim, não houve uma medida que o impedisse de se candidatar novamente, o que pode indicar uma fragilidade nas instituições americanas em lidar com figuras políticas que incitam a violência e a insurreição contra os princípios democráticos.

No que diz respeito ao Brasil – uma democracia muito mais jovem –, parte fundamental para essa solidez diante da percebida ameaça autoritária foi o fato de as instituições, especialmente o Supremo Tribunal Federal, desempenharem um papel ativo na defesa do Estado de Direito. Por outro lado, embora a democracia americana tenha resistido aos desafios impostos por Trump, a resistência democrática se mostrou mais contida. A permissividade de ascensão de um ex-presidente como candidato em meio a investigações criminais e a continuidade de uma retórica polarizadora indicam uma fragilidade no sistema democrático do país, onde a desinformação e os ataques às instituições continuam a corroer a confiança popular.

Portanto, a recuperação democrática no Brasil e nos Estados Unidos evidencia duas realidades distintas. O Brasil tem mostrado um comprometimento mais firme com a responsabilização e a proteção da democracia, com decisões judiciais que limitam a ação de políticas autoritárias, enquanto os Estados Unidos ainda enfrentam desafios na contenção de figuras políticas de alto poder. A democracia brasileira, apesar de suas fragilidades, tem demonstrado uma resiliência considerável, ao passo que nos Estados Unidos, as instituições democráticas ainda lutam para superar os efeitos da desinformação, da polarização e das ameaças populistas. A experiência dos dois países serve como um alerta para a importância da vigilância contínua das instituições e do fortalecimento da educação cívica para garantir a saúde das democracias no futuro.

Diante desse cenário, torna-se imperativo repensar as estratégias de comunicação política nas redes sociais para atenuar os impactos da desinformação e fomentar um ambiente mais propício ao debate público construtivo. Essa transformação passa não

apenas por implementar ferramentas tecnológicas mais avançadas de verificação de fatos e moderação de conteúdo, mas principalmente pelo fortalecimento da educação da inteligência e dos sentimentos do povo que, conforme destacado por Mill (1981), é essencial para equipar a sociedade com as habilidades necessárias para discernir a veracidade das informações e entender as nuances dos argumentos apresentados. Essa educação abrangente deve incluir não só o desenvolvimento do pensamento crítico, mas também a capacidade de empatia e compreensão mútua, elementos-chave para uma democracia saudável.

## Referências Bibliográficas

- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, Princeton University Press.
- Aos Fatos Organizaçao. (2022). *Checagem de fatos*. <https://www-aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>
- Arguelhes, D.W. (2022). Public Opinion, Criminal Procedure, and Legislative Shields: How Supreme Court Judges Have Checked President Jair Bolsonaro in Brazil. *Georgetown Journal of International Affairs*.
- Bermeo, N. (2016). On democratic backsliding. *Journal of Democracy*. 27(1), 5–19.
- Bessi, A., Petroni, F., Del Vicario, M., Zollo, F., Anagnostopoulos, A., Scala, A., Caldarelli, G., & Quattrociocchi, W. (2015). *Viral misinformation: The role of homophily and polarization*. In Proceedings of the 24th International Conference on World Wide Web Companion. 355–356.
- Botelho, J. C. A., Okado, L. T. A. & Bonifácio, R. (2020). O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. *Revista de Estudios Sociales*. 74, 41–57.
- Bradshaw, S. & Howard, P. N. (2018). The global organization of social media disinformation campaigns. *Journal of International Affairs*. 71(1.5), 23–32.
- Brown, M., Bisbee, J., Lai, A., Bonneau, R., Nagler, J. & Tucker, J. A. (2022). Echo chambers, rabbit holes, and algorithmic bias: How YouTube recommends content to real users. *SSRN Electronic Journal*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4114905>
- Bustikova, L. & Guasti, P. (2017). The Illiberal Turn or Swerve in Central Europe? *Politics and Governance*. 5(4), 166–176. Castaldo, A. (2018). A crise da democracia: uma revisão seletiva do debate académico atual. *Relações Internacionais*. 59, 9–27.

- Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal* (1ed). Zahar
- Chadwick, A. (2013). *The Hybrid Media System: Politics and Power*. Nova York: Oxford University Press.
- Chiopris, C., Nalepa, M. & Vanberg, G. (2021). *A wolf in sheep's clothing: citizen uncertainty and democratic backsliding*. Working Paper. Chicago: University of Chicago.
- Christenson, D. P., Kreps, S. E. & Kriner, D. L. (2021). Contemporary Presidency: Going Public in an Era of Social Media: Tweets, Corrections, and Public Opinion. *Presidential Studies Quarterly*. 51, 151–165.
- Cinus, F., Minici, M., Monti, C. & Bonchi, F. (2022). The Effect of People Recommenders on Echo Chambers and Polarization. In Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media. 16(1), 90–101.
- Colleoni, E., Rozza, A. & Arvidsson, A. (2014). Echo chamber or public sphere? Predicting political orientation and measuring political homophily in Twitter using big data. *Journal of Communication*. 64(2), 317–332.
- Collier, D. & Levitsky, S. (1997). Democracy with adjectives: Conceptual innovation in comparative research. *World Politics*. 49(3), 430–451.  
<http://www.jstor.org/stable/25054009>
- Dahl, R. A. (2005). *On Democracy*. Yale University Press.
- Daly, T. G. (2017). *Diagnosing Democratic Decay*. Comparative Constitutional Law Roundtable, Gilbert and Tobin Centre for Public Law, UNSW Law School, Australia.  
[https://www.academia.edu/34052302/Diagnosing\\_Democratic\\_Decay](https://www.academia.edu/34052302/Diagnosing_Democratic_Decay)
- Da Ros, L. & Taylor, M. M. (2022). Bolsonaro and the Judiciary: Between Accommodation and Confrontation. *Ibero-Amerikanisches Institut Preußischer Kulturbesitz*. [https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/iai\\_mods\\_00000132](https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/iai_mods_00000132)

De Orte, P. (2020). *Em menos de quatro anos, Trump promoveu revolução conservadora nos tribunais federais dos EUA*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/mundo/em-menos-de-quatro-anos-trump-promoveu-revolucao-conservadora-nos-tribunais-federais-dos-eua-24662423>.

Del Vicario, M., Bessi, A., Zollo, F., Petroni, F., Scala, A., Caldarelli, G., Stanley, H. E., & Quattrociocchi, W. (2016). *The spreading of misinformation online*. PNAS Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America. 113(3), 554–559. <https://doi.org/10.1073/pnas.1517441113>

Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*. 26(1), 141–155.

Dias, A. L. (2016). Sobre «desconsolidação» e Retrocesso Democrático. *Relações Internacionais*. 52, 27–41.

Durães, M. (2022). 10 momentos de Bolsonaro no cercadinho. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/16/cercadinho-governo-bolsonaro.htm>

Duskin, K., Schafer, J. S., West, J. D. & Spiro, E. S. (2024). *Echo Chambers in the Age of Algorithms: An Audit of Twitter's Friend Recommender System*. In Proceedings of the 16th ACM Web Science Conference. 11–21.

Easton, D. (1965). *A system analysis of political life*. Wiley.

Enyedi, Z. (2016). Populist Polarization and Party System Institutionalization: The Role of Party Politics in De-democratization. *Probs Post-Communism*. 63(4), 210–220. <https://doi.org/10.1080/10758216.2015.1113883>

Faris, R. & Donovan, J. (2021). The Future of Platform Power: Quarantining Misinformation. *Journal of Democracy*. 32(3), 152–156. <https://dx.doi.org/10.1353/jod.2021.0040>.

Foa, R. S. & Mounk, Y. (2016). The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. *Journal of Democracy*, 27(3), 5–17.

Foster, C. & Frieden, J. (2017). *Crisis of Trust: Socio-economic determinants of Europeans' confidence in government*. Harvard University.

Fukuyama, F., 2015. Why Is Democracy Performing So Poorly? *Journal of Democracy*. 26(1), 11–20.

Ginsburg, T., & Huq, A. (2018). *How to Save a Constitutional Democracy*. Chicago; London: The University of Chicago Press.

Graham, M. H., & Svolik, M.W. (2020). Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. *American Political Science Review*, 114(2), 392–409.

Greskovits, B. (2015). The hollowing and backsliding of democracy in East Central Europe. *Global Policy*. 6(1), 28–37.

Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. MIT Press.

Haggard, S., & Kaufman, R. (2021). *Backsliding: Democratic Regress in the Contemporary World*. Cambridge University Press.

Huang, M. (2020). Complete Trump Tweets. The Complete Donald Trump Tweets Data from 2009 to 2021 in Kaggle.  
<https://www.kaggle.com/datasets/markhhuang/complete-trump-tweets>

Inglehart, R. & Welzel, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge University Press.

Kessler, G. (2021). *Trump made 30,573 false or misleading claims as president. Nearly half came in his final year.* The Washington Post.  
[https://www.washingtonpost.com/politics/how-fact-checker-tracked-trump-claims/2021/01/23/ad04b69a-5c1d-11eb-a976-bad6431e03e2\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/politics/how-fact-checker-tracked-trump-claims/2021/01/23/ad04b69a-5c1d-11eb-a976-bad6431e03e2_story.html)

Kleinfeld, R. (2023). Polarization, Democracy, and Political Violence in the United States: What the Research Says. *Carnegie Endowment for International Peace.*  
<https://carnegieendowment.org/research/2023/09/polarization-democracy-and-political-violence-in-the-united-states-what-the-research-says?lang=en>

Kreiss, D. (2012). *Taking Our Country Back: The Crafting of Networked Politics from Howard Dean to Barack Obama.* Oxford University Press.

Kronick, D., Plunkett, B., & Rodriguez, P. (2023). Backsliding by surprise: the rise of Chavismo. *Political Science Research and Methods.* 11(4), 838–854.

Laclau, E. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* 1(2), 41–47.

LAPOP Lab.(2021) Center for Global Democracy. *Americas Barometer Dominican Republic.* v1.2. <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>

Lefort, C. (1991). *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.* Paz e Terra.

Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *How Democracies Die.* Crown Publishing.

Lopes, M. T. T., Meyer, E. P. N. & Linhares, E. A. (2020). Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma análise dos ataques à transparência no Brasil. *Direito Público.* 17(96), 93–122.

March, J. G. & Olsen, J. P. (1989). *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics* (1ed). The Free Press.

Médola, A. S. L. D., & Guerreiro, T. M. T. (2022). Cercados, o documentário: entre fatos e mentiras, entre imprensa e discursos. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*. 45, e2022118.

Melo, M. A., & Pereira, C. (2024). Why Didn't Brazilian Democracy Die? *Latin American Politics and Society*, 1–27.

Miguel, L. F. (2014). *Democracia e representação: territórios em disputa*. UNESP.

Mill, J. S. (1981). *Considerações sobre o governo representativo*. Editora Universidade de Brasília.

Moreira, M. S. (2020). Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar sua crise. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*. (111), 15–49.

Morlino, L. (1989). Consolidación democrática: definición, modelos, hipótesis. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. 3, 87–124.

Mouffe, C. (2000). *The democratic paradox*. London; New York: Verso.

Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Companhia das Letras.

Muggah, R. (2021). *Bolsonaro Is Following Trump's Anti-Democracy Playbook*. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2021/01/14/bolsonaro-brazil-trump-anti-democracy-elections/>

Nolan, M., Keith T. P. & Howard R. (2016). *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches* (2ed). The MIT Press.

Norris, P. (2000). *A virtuous circle. Political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

O'Donnell, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. *Dados*, 42(4), 655–690. Ott, B. L. & Dickinson, G. (2020). The Twitter Presidency: How Donald Trump's Tweets

Undermine Democracy and Threaten Us All. *Political Science Quarterly*. 135(4), 607–636.  
<https://doi.org/10.1002/polq.13129>

Ozawa, J. V. S., Woolley, S. C., Straubhaar, J., Riedl, M. J., Joseff, K., & Gursky, J. (2023). How Disinformation on WhatsApp Went From Campaign Weapon to Governmental Propaganda in Brazil. *Social Media + Society*. 9(1). <https://doi.org/10.1177/20563051231160632>

Palonen, E. (2009). Political Polarisation and Populism in Contemporary Hungary (April). *Parliamentary Affairs*. 62(2), 318–334. <http://dx.doi.org/gsn048>

Paulino, L. A. (2021). Democracias constitucionais em crise: mapeando as estratégias institucionais que levam à erosão democrática. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. 58, 274–309.

Persily, N. (2017) Can Democracy Survive the Internet? *Journal of Democracy*. 28, 63–76.

Plattner, M. F. (2015). Is democracy in decline? *Journal of Democracy*. 26(1), 5–10.

Pozen, D. & Scheppelle, K. (2020). Executive Underreach, in Pandemics and Otherwise. *American Journal of International Law*. 114, 608.

Quattrociocchi, W., Scala, A. & Sunstein, C. R. (2016). Echo Chambers on Facebook. SSRN.  
<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2795110>.

Roth, C., Mazières, A. & Menezes, T. (2020). Tubes and bubbles: Topological confinement of YouTube recommendations. *PLoS ONE*, 15(4), e0231703.

Runciman, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. Todavia.

Schedler, A. (1998). What is Democratic Consolidation? *Journal of Democracy*. 9(2), 91–107.

Scheppelle, K.L. (2018). Autocratic legalism. *The University of Chicago Law Review*. 85(2), 545–583.

Souza, A. (2024). *Ataques a jornalistas e comunicadores diminuem, mas ainda há muito por fazer*. Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ataques-a-jornalistas-e-comunicadores-diminuem-mas-ainda-ha-muito-por-fazer/>

Stanley, J. (2015). *How Propaganda Works*. Princeton, Princeton University Press.

Stoker, G. (2021). Public administration: how to respond to populism and democratic backsliding. In: Bauer, M. W., Peters, B. G., Pierre, J., Yesilkagit, K., & Becker, S. (Eds.) *Democratic backsliding and public administration: how populists in government transform state bureaucracies*, pp. 246–266. Cambridge: Cambridge University Press

Sunstein, C. R. (2018). *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton, Princeton University Press.

Svolik, M. (2020). When Polarization Trumps Civic Virtue: Partisan Conflict and the Subversion of Democracy by Incumbents. *Quarterly Journal of Political Science*. 15, 3–31.

The Washington Post. Fact Checker. (2021). [https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-claims-database/?itid=lk\\_interstitial\\_manual\\_9](https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-claims-database/?itid=lk_interstitial_manual_9)

Thompson, J. B. (2002). O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia. Vozes.

Tocqueville, A. de. (2005). *A democracia na América* (2ed). Martins Fontes.

Tufekci, Z. (2017). *Twitter and Tear Gas. The power and fragility of networked protest*. New Haven: Yale University Press.

Turcotte, J., York, C., Irving, R., School, R. M., & Pingree, R. J. (2015). News Recommendations from Social Media Opinion Leaders: Effects on Media Trust and Information Seeking. *Journal of Computer-Mediated Communication*. 20(5), 520–535.

V-Dem. (2024). Varieties of Democracy. <https://www.v-dem.net/>

Vivas, F., & Falcão, M. (2021). STF contesta Bolsonaro e diz em nota que nunca proibiu governo federal de atuar contra pandemia. G1.  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/18/decisoes-do-stf-nao-proibem-atuacao-do-governo-federal-para-combater-a-pandemia-diz-tribunal.ghtml>

Woolley, S. (2022). The reality game: How the next wave of technology will break the truth. PublicAffairs.

Zollo, F., Novak, P. K., Del Vicario, M., Bessi, A., Mozetič, I., Scala, A., Caldarelli, G., & Quattrociocchi, W. (2015). Emotional dynamics in the age of misinformation. *Plos one*. 10(9), e0138740.